



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES JUNTO AOS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

DAYANA TAINÁ ALVES DA SILVA

Brasília/DF 2019

DAYANA TAINÁ ALVES DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES JUNTO AOS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho Final de Curso apresentado, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia, à Comissão Examinadora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, sob a orientação da professora Dra. Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas.

Brasília/DF 2019

DAYANA TAINÁ ALVES DA SILVA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: A ATUAÇÃO DOS PROFESSORES JUNTO AOS
ALUNOS COM DEFICIÊNCIA**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido como requisito para obtenção do Título de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação - FE, da Universidade de Brasília, em 1º de julho de 2019, apresentada e aprovada pela banca examinadora abaixo assinada:

Prof.^a Dr.^a Otilia Maria A.N.A. Dantas, UnB/FE

Orientadora

Profa. Dra. Thaís Kristosch Imperatori

Coordenadora de Apoio às Pessoas com Deficiência – PPNE/DAC/UnB

Profa. Esp. Erika Rodrigues de Freitas

SEEDF

Esp. Nancy Costa de Oliveira

Membro Suplente

“A escola tem que ser esse lugar em que as crianças tem a oportunidade de ser elas mesmas e onde as diferenças não são escondidas, mas destacadas.” (Mantovan)

*Dedico à Deus por sempre me amparar em todos os sentidos.
À minha avó por ser minha fortaleza e fonte de apoio, afeto e carinho.
Para todos os professores e colegas de graduação
Para que possam sempre refletir sobre a importância da prática da inclusão.*

AGRADECIMENTOS

"Porque Deus amou tanto o mundo, que deu seu filho unigênito, para que todo aquele que nele exercer fé não seja destruído, mas tenha vida eterna. "João 3:16. (BÍBLIA SAGRADA, 2013, p.1.473).

Mais uma etapa chega ao fim para que novos ciclos possam vir a fazer parte da minha trajetória. Despeço-me da graduação com um turbilhão de sentimentos indescritíveis, pelas inúmeras histórias que vivi na Faculdade de Educação – UnB, pelos vários *tours* pelo campus Darcy Ribeiro, a longa caminhada de ponta a ponta pelo ICC que hoje ficam para trás. Minha jornada universitária me fez crescer em diversos sentidos, tanto pessoal como profissionalmente, pois posso declarar que não sou mais a mesma de antes: aquela garotinha advinda do Ensino Médio, que sonhava em um dia cursar o Ensino Superior sem saber sequer como funcionava... e agora vejam bem aonde ela chegou.

É gratificante olhar para tudo que vivi, tudo que conquistei e perceber que ainda há muito o que acontecer. Deixo de ser uma universitária e me vejo como uma pedagoga. Quatro anos se passaram e muita coisa mudou em minha vida; hoje agradeço aos professores que passaram pela minha trajetória acadêmica e me fizeram acreditar que sou capaz de realizar tudo aquilo que almejo, independentemente das dificuldades que apresento.

Agradeço aos colegas e amigos que a graduação me presenteou; agradeço também às "#asmeninasdaOtilia#" que foram mais do que amigas: foram “madrinhas acadêmicas” e suportes durante toda a minha jornada para um futuro profissionalizante como pedagoga. Sendo as madrinhas e padrinho: Alessandra, Cristina, Erika, Monique, Simone, Nancy, Lívia, Laryssa, Rosangela, Luciane, Marilsa, Patricia, Núbia, Thayles, Maira e Carlos.

Agradeço a minha orientadora prof.^a Dr.^a Otilia Dantas pela dedicação ao qual teve durante todo o meu percurso na graduação, com a disciplina de Projeto (3.2, 3.3), além do apoio na Iniciação Científica e na produção desse lisonjeado trabalho de conclusão de curso. Agradeço imensamente à professora (madrinha acadêmica), pois foi mais do que uma mestre; transformou-se em uma amiga que levarei para toda a minha vida.

Gostaria também de agradecer o professor de inglês: Enzo do CEBRAC – Centro Brasileiro de Cursos por ter me auxiliado na escrita e correção do Abstract. Agradeço aos frutos da graduação que foram meus companheiros de sala de aula e corredores da Faculdade de Educação - UnB, sendo eles: Andressa Kaliane, Daniela, Larissa Lorrana, Ana Isabela, Isabela, Isadora, Ruth, Adriane, Sr. Joel, Maria Helena, Marcos, Elias, Meire, Willian e Marcos Antônio.

Faço um agradecimento à toda equipe do PPNE/UnB – Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência: Thaís (coordenadora), Ariadna, Jeane, Mirtes, Regina e todos aqueles que me auxiliaram na caminhada acadêmica da graduação.

Agradeço à minha família que desde o início me deu apoio e incentivo para continuar prosseguindo nessa jornada tão bela que é a licenciatura em Pedagogia em uma universidade pública. Agradeço à minha avó Gleide pelo cuidado e afeto em todos momentos da minha caminhada; aos meus irmãos menores que, a partir do cuidado com eles em relação à educação, despertou em mim o desejo pela formação em Pedagogia.

RESUMO

A pesquisa apresenta como título “A Educação Inclusiva: a atuação dos professores junto aos alunos com deficiência”, objetivando analisar as práticas de ensino na educação inclusiva sob duas óticas: em uma escola pública de Brasília – DFe em uma turma de graduação, em uma universidade pública também localizada em Brasília, compreendendo o desenvolvimento dos professores que trabalham e atuam com estudantes com necessidades educacionais especiais. O objeto em questão estruturou-se a partir do seguinte problema: Qual a percepção dos professores do ensino básico e superior em relação aos alunos com deficiência? Para a metodologia, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa, mediante pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O instrumento de pesquisa utilizado foi o questionário aplicados aos professores que trabalham com estudantes com necessidades educacionais especiais. O estudo encontra-se ancorado à luz dos autores: Tardif (2008) e Curado (2014) que sustentam a formação docente para atuar na escolarização; Maricélia Souto (2014), Mantoan (2013, 2015), Carvalho (2014) e Vygotsky, contextualizam o desenvolvimento infantil e a educação inclusiva. Para o desenvolvimento da investigação foram utilizados outros autores que abordam a materialização da educação inclusiva e da profissionalização docente para atuar na educação do ensino fundamental e superior. Assim, buscou-se investigar o posicionamento do professor hoje no ensino inclusivo, como forma de sensibilizá-los para uma prática transformadora na formação do discente. Os resultados da pesquisa demonstraram que os professores tem ciência sobre a educação inclusiva, no entanto apresentam carência quanto ao conhecimento das diversas deficiências e as adoções para o uso de recursos e atividades diferenciadas, para trabalhar na sala de aula com os alunos que apresentam alguma limitação. Percebeu-se que a formação continuada se torna um viés de superação e avanço nas práticas pedagógicas no contexto escolar, pois os professores podem não apenas desenvolver meios para ensinar, mas aprender com a prática do dia a dia o que torna mais significativo o olhar do professor em relação aos seus alunos. Conclui-se que tanto na Faculdade de Educação da UnB, como na escola pública da Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal – SEEDF é fundamental que o professor sempre busque uma formação continuada, isto é, um aperfeiçoamento para compreender as limitações dos estudantes e encontrar nas práticas pedagógicas métodos, meios, soluções e caminhos que façam levar estes alunos a uma aprendizagem significativa.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Formação de professores. Deficiência. Aprendizagem.

ABSTRACT

The research presents the theme "Inclusive education: the performance of teachers with students with disabilities", aiming to analyze teaching practices in inclusive education under two optics: in a public school of Brasília-DF in a graduating class, in A public university also located in Brasilia, comprising the development of teachers working and working with students with special educational needs. The object in question was structured from the following problem: What is the perception of teachers of primary and higher education in relation to students with disabilities? For the methodology, a qualitative research was chosen through bibliographic, documentary and field research. The research instrument used was the questionnaire applied to teachers who work with students with special educational needs. The study is anchored in the light of the authors: Tardif (2008) and Curado (2014) who sustain the teacher education to work in schooling; MaricéliaSouto (2014), Mantoan (2013, 2015), Carvalho (2014) and Vygotsky, contextualize Child Development and inclusive education. For the development of the investigation, other authors were used to discuss the materialization of inclusive education and the professionalization of Teachers to act in the education of elementary and higher schools. Thus, we sought to investigate the positioning of the teacher today in inclusive education, as a way of sensitizing them to a transformative practice in the formation of the student. The results of the research showed that teachers have science about inclusive education; However, they present a lack of knowledge about the various deficiencies and the adoption of differentiated resources and activities to work in the classroom with students who have some limitations. It was perceived that the continuing education becomes a bias of overcoming and advancement in pedagogical practices in the school context, because, teachers can not only develop means to teach, but to learn from the practice of day to day which makes the most significant Teacher's gaze towards his pupils. It is concluded that both in the Faculty of Education of the UnB, as in the public School of the State Secretariat and education of the Federal District-SEEDF is fundamental that the teacher always seeks a continuous training, that is, an improvement to understand the limitations Of the students and find in pedagogical practices methods, means, solutions and pathways that bring these students to meaningful learning.

Keywords: Inclusive Education. Teacher training. Disability, Learning.

LISTA DE FIGURAS, QUADROS E TABELAS

Figura 1	Participação V CONEDU.....	15
Figura 2	Marcas de superação.....	16
Figura 3	Minha base.....	21
Figura 4	Um grupo de sucesso: GEPPESP.....	21
Figura 5	Escalada para o Sucesso – CONEDU.....	22
Figura 6	Sonhos que se tornam realidade: Me permitiu VOAR, me concedeu ver o MAR.....	23
Figura 7	O conhecimento da aprendizagem em Piaget.....	28
Figura 8	O conhecimento da aprendizagem em Vygotsky.....	28
Quadro 1	As Limitações e Deficiências.....	29
Quadro 2	Atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: contexto histórico.....	34
Quadro 3	Leis que regem a política de Educação Inclusiva no Brasil.....	34
Tabela 1	O papel do professor na educação inclusiva.....	47
Tabela 2	Articulação entre as equipes de apoio, coordenador e outros.....	49
Tabela 3	Formação de professores e suas possíveis influências.....	50

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AAIDD	Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento
APAE	Associação de Pais e Amigos de Excepcionais
CDPD	Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência
CEEDV	Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais
CEF 20	Centro de Ensino Fundamental 20 de Ceilândia
CEM 02	Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia
CONEDU	Congresso Nacional de Educação
DA	Deficiência Auditiva
DF	Deficiência Física
DF	Distrito Federal
DI	Deficiência Intelectual
DV	Deficiência Visual
EAPE	Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação
EC 17	Escola Classe 17 de Ceilândia
FE	Faculdade de Educação
GEPESP	Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docente: Formação, Saberes e Práticas
ICC	Instituto Central de Ciências
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
LDV	Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
ONU	Organização das Nações Unidas
PAS	Programa de Avaliação Seriada
PPNE	Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência
QI	Quociente de Inteligência
SEEDF	Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
UnB	Universidade de Brasília
ZDI	Zona de Desenvolvimento Iminente
ZDR	Zona de Desenvolvimento Real

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
	PARTE I – MEMORIAL EDUCATIVO	15
2	QUEM SOU EU?	16
	2.1 Escola: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais).....	17
	2.2 Escola: Ensino Fundamental (Anos Finais).....	18
	2.3 Sala de Recursos.....	18
	2.4 Ensino Médio - Superação extraordinária.....	19
	2.5 Ensino Superior: do Sonho à Realidade.....	20
	2.6 A chegada na Iniciação Científica: O GEPPEP.....	21
	2.7 Coordenação de Apoio às Pessoas com Deficiência – PPNE.....	23
	PARTE II – MONOGRAFIA	25
3	AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL E SUA MARCA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	26
	3.1 A concepção de Educação Inclusiva: transformar para incluir.....	26
	3.2 O desenvolvimento da aprendizagem na educação inclusiva.....	27
	3.3 Os tipos de deficiências.....	29
	3.4 Educação Inclusiva no Brasil: um breve histórico.....	33
	3.5 O papel do professor no cenário da educação inclusiva no Brasil.....	39
4	CONHECENDO A ATUAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA	41
	4.1 Metodologia	41
	4.2 Um olhar na educação inclusiva na Faculdade de Educação da UnB	42
	4.2.1 <i>A Educação Inclusiva sob a ótica dos docentes da FE</i>	43
	4.2.2 <i>A atuação dos docentes junto aos alunos com necessidades especiais</i>	44
	4.2.3 <i>A formação continuada como agente transformador na UnB</i>	45
	4.3 A educação inclusiva sob a ótica dos docentes da Secretariade Educação do Distrito Federal (SEEDF)	46
	4.3.1 <i>Um trabalho diferenciado: a adaptação da escola pública aos alunos com necessidades especiais</i>	46
	4.3.2 <i>O papel do professor na educação inclusiva</i>	47
	4.3.3 <i>O trabalho do apoio pedagógico das equipes especializadas</i>	48
	4.3.4 <i>Inclusão e formação continuada: influências no trabalho docente?</i>	50
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
6	PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS	54
	REFERÊNCIAS	56
	APÊNDICES	59

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa apresenta-se intitulada “A educação inclusiva: a atuação dos professores junto aos alunos com deficiência”, tendo como problema: Qual a percepção dos professores do ensino básico e superior em relação aos alunos com deficiência?

A partir desses conceitos (aprendizagem, formação de professores e deficiência intelectual) o projeto delinea como **objetivo geral**: Analisar as práticas de ensino na educação inclusiva sob duas óticas: em uma escola pública do DF localizada em Brasília numa turma de graduação em uma universidade pública compreendendo o desenvolvimento dos professores que trabalham e atuam com estudantes com necessidades educacionais especiais. Posto isto, os **objetivos específicos** traçados foram:

- Delinear o processo histórico da Educação Inclusiva no Brasil até a contemporaneidade;
- Analisar as principais políticas públicas de Educação Inclusiva no Brasil e no Distrito Federal;
- Descrever a atuação dos professores de estudantes com necessidades educacionais especiais;

A justificativa surgiu a partir da escolha do tema, que se deu em virtude da própria referência do memorial de minha trajetória, como uma pessoa com necessidades educacionais especiais, com a deficiência – DI (Deficiência Intelectual). Assim, tomando como aporte a minha trajetória, passamos a mergulhar nesse universo, que é o papel do professor na educação inclusiva.

O estudo buscou compreender a atuação dos professores junto aos alunos com deficiência na educação básica e superior. Assim, entende-se que a elaboração dessa pesquisa se torna imprescindível para o contexto acadêmico dos professores, pois, almeja não só compreender esse papel, mas também delinear uma investigação mais precisa, a fim de sensibilizar os professores a pensar sobre as suas práticas especialmente com o estudante com necessidades educacionais especiais.

Entendemos que a pesquisa se torna de suma relevância para a formação continuada de professores que têm em suas salas de aulas alunos com deficiência, seja na educação básica, ou no ensino superior. Vale lembrar que quando nos situamos no campo da educação especial e da inclusiva, torna-se necessário abordar sobre a aprendizagem, sendo importante compreendê-la a partir de vários aspectos, como por exemplo, a aprendizagem que ocorre no contexto social, familiar, de maneira informal, como também a que ocorre nos ambientes

institucionais, como a escola. Enfim, percebemos que o ato de aprender não é um ato isolado e que se constitui sozinho, mas na relação dialética, e o professor é a chave para essa mediação na educação inclusiva.

Justifica-se a pesquisa a partir do que traz Silva (2017, p. 25), ao inferir que “podemos definir aprendizagem como uma gama de conhecimentos e/ou experiências adquiridas pelo indivíduo, que podem ou não ser compartimentalizadas [...]”. A partir desse pensamento, podemos compreender que as aprendizagens no campo da educação acontecem em diferentes tempos, tendo em vista que se deve respeitar os processos mentais do indivíduo, o que influencia no desenvolvimento de aprendizagem dessas crianças ou adultos que têm uma deficiência.

É importante então, que no âmbito educacional os professores valorizem as fases de desenvolvimento do ser humano. Nesse sentido, para explicar a aprendizagem, existem teóricos que nos ajudam a compreender como se dá a relação sujeito/aprendizagem, sendo que as teorias que foram elencadas para este estudo são: a concepção de Piaget e de Vygotsky.

Jean Piaget não poderia faltar no estudo acerca do papel do professor na educação inclusiva, uma vez que este educador investigou a teoria do desenvolvimento cognitivo auxiliando assim os professores a entenderem como poderiam desenvolver suas práticas pedagógicas, a partir do momento em que saberia já elencar as fases do desenvolvimento da criança, ou seja, a fase do aprender o quê?

Sua teoria preocupou-se “em compreender a gênese (origem) e a evolução do conhecimento humano e, diante desse objetivo, procurou identificar quais são os mecanismos utilizados pela criança para conhecer o mundo” (FILHO; PONCE; ALMEIDA, 2009, p.31). Para Piaget, o desenvolvimento cognitivo é resultado da adaptação ao meio, através da acomodação e assimilação. O que torna crucial para o ambiente educacional, o professor precisa assimilar as fases de desenvolvimento para trabalhar e desenvolver as aprendizagens no aluno com deficiência de forma a inseri-lo na sociedade.

Além da definição de aprendizagem, tornou-se importante para este estudo conhecer o conceito de deficiência intelectual. A autora Silva (2016, p.54) ressalta que a Associação Americana de Deficiência Intelectual e Desenvolvimento (AAIDD), nos diz que a deficiência intelectual se refere às limitações significativas no funcionamento intelectual e na conduta adaptativa, não olhadas de forma isolada, pois “a deficiência intelectual tem na sua constituição uma multiplicidade de fatores”.

A metodologia aplicada neste estudo foi de natureza qualitativa, que demanda do pesquisador o empenho em deter-se nas particularidades dos sujeitos que farão parte da

pesquisa (CRESWEL, 2010). Para o autor, é inerente à pesquisa qualitativa a análise interpretativa dos dados gerados, pois estes revelam as relações estabelecidas nos contextos nos quais a investigação foi realizada.

No estudo em tela, participaram dois docentes do curso de Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB) e dez professores da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), de diferentes regionais e diferentes escolas, que atuavam em turmas do Ensino Fundamental 1. O instrumento utilizado foi o questionário com perguntas abertas e fechadas que, de acordo com Dantas e Franco (2017), favorece a apreciação e a categorização das respostas. A pesquisa de campo ocorreu no 1º semestre de 2018.

Com este instrumento, tencionamos conhecer o percurso profissional e formativo dos três docentes da UnB, bem como a atuação pedagógica com os estudantes com necessidades especiais ao longo do curso de Pedagogia. Com os professores da SEEDF, buscamos apreender o sentido da educação inclusiva para cada um deles, além de compreender o processo de inclusão no cotidiano escolar.

Assim, a pesquisa apresenta-se estruturada em cinco capítulos sendo que o **Capítulo I** – denota a introdução o qual espelha o tema, o problema, objetivos, justificativa, importância, relevância, escolha e contribuição do tema. **O capítulo II** – Memorial formativo, que esboça as lembranças e início de uma trajetória acadêmica e profissional relacionando com o objeto de estudo em questão. **Capítulo III** – A perspectiva da educação inclusiva, no qual busca compreender o tema em questão, trazendo a concepção do tema, a história e as políticas públicas e educacionais. **Capítulo IV** – O papel da didática na aprendizagem da Educação Inclusiva, que permite desvelar o professor neste cenário, as estratégias de ensino, bem como a sua formação continuada. **Capítulo V** – Pesquisa de campo, que buscou trazer os resultados e um olhar da educação básica e superior da educação inclusiva a partir da prática docente. E por fim, as considerações finais e perspectivas profissionais.

Acredita-se que o tema possa contribuir para a inclusão dos alunos com deficiência na educação básica e superior, como forma de despertar nos professores que atuam neste segmento uma mudança de olhar, para a transformação na postura de pensamento e atitudes, entendendo que todos devem ser tratados de forma igual.

Figura 1 – Participação V CONEDU



Fonte: arquivo pessoal

Parte I – Memorial Educativo

2 QUEM SOU EU?

Meu nome é Dayana Tainá (**Figura 2**), nasci no dia 4 de fevereiro de 1998, tenho vinte e um anos e moro na cidade satélite de Ceilândia, Distrito Federal. Desde pequena sempre fui uma garotinha tímida e sozinha, pois conversava pouco e tinha dificuldades de interagir com as outras crianças; devido a essa pouca interação comecei a me interessar pela leitura. Hoje sou apaixonada por leitura e escrita, desde cedo meu lema sempre foi: cadernos e livros, giz e quadro negro; minha brincadeira preferida era brincar “de escolinha”.

Figura 2 – Marcas de superação



Fonte: arquivo pessoal

Tive várias limitações e dificuldades. No entanto, com o passar dos tempos, percebi que as mudanças que aconteciam em minha vida me fizeram perceber que posso ir além dos meus sonhos e que nada, nem ninguém teria o direito de dizer que não sou capaz. Meus caminhos me revelam um futuro gratificante; tenho conhecimento de tudo que conquistei até então é graça de Deus, de quem tenho a força e o poder. É por meio dele que sou capaz de conquistar os meus sonhos.

Sou a mais velha de cinco filhos “de parte de mãe”, considerada como um espelho para os irmãos e exemplo de superação. No meu nascimento tiveram algumas complicações e quando eu nasci tive falta de oxigênio no cérebro. Esse fato me trouxe sequelas e foi ainda na infância que todos os meus parentes comentavam que “a Dayana tinha algum problema”. Minha família sempre negava e dizia que eu era normal.

Quando eu tinha catorze anos, minha avó me levou ao posto de saúde para consultar com uma médica maravilhosa que atendia os adolescentes que apresentavam alguma deficiência. Passei, então, por todo processo de atendimento e tratamentos e assim obtive o

diagnóstico de Deficiência Mental, que ao longo dos tempos foi definido com uma nova nomenclatura: Deficiência Intelectual.

Atualmente, tenho uma dificuldade de aprendizagem, mas que não afeta em meu desenvolvimento motor, físico, sensorial ou emocional; pelo contrário, atualmente me vejo como uma mulher guerreira e que jamais desistiu dos seus objetivos por conta de um rótulo que me colocaram. As dificuldades serviram para abrir meus horizontes de que todos os obstáculos que encontrei pelo caminho eram apenas para me mostrar que, mesmo com tanta dificuldade, eu seria capaz de VENCER, e hoje estou aqui declarando minhas vitórias e progressos. Assim eu descobri que na vida nada é impossível, pois:

Acredite, é hora de **vencer**...
Essa força vem de dentro de você...
Você pode até tocar o céu, se crer...[...]
Campeão, vencedor, Deus dá asas, faz teu vôo,
Campeão, **vencedor**, essa fé que te faz imbatível,
Demonstra o teu valor. (JAMILY, 2004, sp, grifo meu).

O valor que tenho dentro de mim encontrei nas dificuldades e na superação a cada dia, a cada segundo, a cada momento e principalmente ao lado da guerreira da minha vida que sempre está ao meu lado – minha avó materna. Ela, Maria Gleide, com cinquenta e sete anos de vida, é uma mulher decidida do que quer fazer no futuro. Com ela poderei contar sempre que necessitar. Sou muito grata pela família que Deus me permitiu fazer parte.

2.1 Escola: Educação Infantil e Ensino Fundamental (Anos Iniciais)

Durante todo período escolar, cursei na rede pública de ensino do Distrito Federal. Do jardim de infância até o 3º ano estudei na Escola Classe 17 de Ceilândia. Do 4º ao 5º ano mudei de escola, para uma mais próxima de casa, a Escola Classe 27 de Ceilândia; essa última era uma escola menor. Como sempre, estudei no turno matutino, pois minha família considerou mais adequado que eu estudasse em uma escola mais perto de casa. Sendo assim, minha avó efetivou a matrícula pelo sistema telefônico 156 que funciona para a rede pública de ensino.

A professora do 4º ano chamava Adriana (ela é asiática), muito simpática e atenciosa. Já o meu professor do 5º ano, o primeiro professor homem que tive, se chamava Claudino (muito engraçado e brincalhão), um excelente profissional e como os demais professores

que passaram pelo meu desenvolvimento sempre foi um dos meus exemplos futuros de me tornar alguém como eles; isso me motivou a querer ser Pedagoga.

2.2 Escola: Ensino Fundamental (Anos Finais)

Novamente mudei de escola, mas desta vez foi automaticamente, pois já havia concluído todo o ciclo da primeira etapa do ensino fundamental e agora iria estudar em uma escola maior (Centro de Ensino Fundamental 20 de Ceilândia – CEF 20) com mais professores, sendo o mais difícil para mim: a maior quantidade de disciplinas.

No CEF 20 estudei do 6º ao 9º ano no período matutino, sendo que por duas vezes na semana era necessário ir no período vespertino (terça e quinta) para o acompanhamento na sala de recursos. Neste período, muitos professores passaram pela minha trajetória; todos os professores que estudei foram muito importantes para a minha formação. Porém aqueles que mais me marcaram e tive afinidade foram os professores: Prof.^a Gírlane (Português), prof.^a Cleires (Geografia), prof.^a Andréa (História, do 7º ano) e a prof.^a Celina (Português, do 6º ano).v

Um dos motivos da minha escolha pela Pedagogia e me tornar professora foi pelo simples fato de querer ser filha de professor (a). No entanto, acabou que meu vínculo com minhas professoras foi tão forte que, aquelas que tinham mais afinidade comigo, tornaram-se como mães para mim, mais especificamente a professora de português do 9º ano – “mãe postiça”, como ela mesma denominou.

2.3 Sala de Recursos

Comecei a frequentar a sala de recursos no 7º ano, atendimento que se prolongou até o Ensino Médio e foi um alívio, pois antes de ter o atendimento na sala especial meu rendimento escolar não era um dos melhores (também não deixava a desejar) até porque nunca reprovei nenhum ano. Mas, foi com o apoio dos professores da sala de recursos que meu desenvolvimento melhorou cada vez mais e entendo que até hoje é necessário ter uma pessoa comigo, me ajudando nos estudos.

Foi por meio da sala de recursos e com o apoio dos professores que consegui conquistar meus méritos, inclusive ser aluna destaque do bimestre por várias vezes consecutivas. A partir do atendimento na sala de apoio, os professores das disciplinas

regulares faziam adequações curriculares nas minhas atividades e provas, bem como na avaliação pessoal.

2.4 Ensino Médio - Superação extraordinária

A chegada ao ensino médio trouxe bastante expectativa, pois eu sabia que seria uma nova fase e com muitos desafios para vencer. Ingressei no Centro de Ensino Médio 02 de Ceilândia (CEM 02), onde tive diversas experiências, que foram fundamentais para meu amadurecimento e escolha profissional.

O 1º ano foi desafiador, pois senti certa dificuldade de adaptação ao modelo. Essa adaptação durou algumas semanas, mesmo que a maioria dos professores fossem bastante exigentes, em especial, os da área de exatas. A escola tinha ótima estrutura e inclusiva, com projetos educativos, em especial o projeto “**Lápis cor de pele: Qual pele?**” realizado pela professora Regina de Sociologia. Esse projeto trouxe grande reflexão sobre temas relevantes na sociedade como o empoderamento e a valorização dos corpos.

O **Projeto de Curta metragem** ministrado pelo professor Pedro, da área da Sociologia, tinha como objetivo despertar os talentos dos estudantes. No meu caso, como sempre fui uma aluna tímida, era raro participar desses eventos, exceto quando a turma toda tivesse que participar. Na disciplina de Português, tive oportunidade de participar de um evento denominado Sarau Literário. Neste evento interpretei um dos papéis principais da peça: **Antígona de Édipo**. Foi uma experiência marcante na minha vida de estudante e deste dia em diante percebi meu interesse em participar do show de talentos da mesma disciplina. Neste projeto participei cantando a música Valeu Amigo – Mc Pekenô & Menor, na qual fiz uma homenagem para a professora. Assim, compartilho minha gratidão à professora Sylvania (não é coincidência, mas sempre tive muito apego pelas minhas professoras de português e isso me levou às minhas escolhas futuras). Esse apego teve muita influência na escolha da minha futura profissão: ser Pedagoga, profissão esta que sou apaixonada.

Meu desempenho nesse período foi muito bom. Tinha boas notas, bom relacionamento com os professores e total apoio da sala de recursos. Com esses fatores, consegui lidar bem com essa nova fase. Penso que os professores eram e sempre foram meus únicos amigos, melhores conselheiros e protetores dentro e fora da escola. Encontrei neles refúgio.

Nossa! E o que falar do 3º ano? Mais especificamente do famoso “TERCEIRÃO”. Essa foi a melhor fase do ensino médio! Foi no 3º ano, na turma K, que me encontrei e fui aceita como realmente sou sem preconceitos e/ou discriminações. Não tinham rótulos, mas

todo o apoio necessário, pois a minha turma estava lá para me ajudar. Claro, mais uma vez ressalto que não tinha um grupo de amigos específicos, mas a turma em geral era bastante acolhedora.

Se naquela época me perguntassem o real significado da amizade, diria, com certeza, que no 3º K habitava o dom da união, para mim um grande significado da palavra amizade. Foi a primeira turma que estudei onde éramos todos unidos. Faltam-me palavras para descrever o quanto esta turma foi especial em minha vida e a gratidão define completamente todo meu sentimento.

“Ao mestre com carinho” é a melhor definição que encontrei para homenagear estas estrelas que dedicaram todo seu tempo para me ensinar e assim me tornar quem sou hoje. Acredito que sou a futura pedagoga na qual sempre sonhei e atualmente colhendo os frutos de todos meus esforços, com a ajuda de cada um que se fez presente na minha trajetória acadêmica.

2.5 Ensino Superior: do Sonho à Realidade

Nossa! O coração acelerado vibrando energias em diversas partes do meu corpo, pois a felicidade foi imensurável. Exatamente no dia 08 de janeiro do ano de 2016, em uma sexta-feira que o meu mundo se transformou em alegria, ansiedade e realização. Uma ligação inesperada: minha professora da sala de recursos ligou em minha casa, chorando de emoção para me dar a grande notícia “[...]Dayana é você mesmo, você passou na avaliação do PAS/UnB para Pedagogia” – mais ou menos com estas palavras, fui pega de surpresa! No momento fiquei sem reação, mas quando acessei o site do CESPE e encontrei meu nome como APROVADA entrei em choque, de fato foi uma emoção e tanto. Sou grata todos os dias à Deus por ter me proporcionado esta dádiva.

É completamente impossível prosseguir sem a minha família (Figura 3).Essa aprovação também foi fruto do apoio que recebi durante a minha trajetória escolar. Assim, sigo crescendo e novas oportunidades estão chegando à minha direção, pois sempre acreditei que os sonhos que almejamos, se levarmos adiante, podem ser concretizados.

Figura 3–Minha base

Fonte: arquivo pessoal

De fato, foi o que aconteceu com a Pedagogia... um sonho distante de ser filha de professora, que se tornou professora. Agora eu quero olhar para tudo que já conquistei e sentir-me orgulhosa. Mas algo me deixa mais orgulhosa: ter a chance de aprender a cada dia com as crianças. Penso que o professor sozinho é apenas um ser humano como qualquer outro, pode até ser sábio, mas se não tiver com quem compartilhar seus conhecimentos e ter a chance de aprender com o outro, não seria tão significativo. Atualmente não me imagino fazendo outra coisa, a não ser ensinar e aprender com meus alunos.

2.6 A chegada na Iniciação Científica: O GEPPESP?

O que significa GEPPESP? Grupo de Estudos e Pesquisa Profissão Docente: Formação, Saberes e Práticas (Figura 4).

Figura 4 – Um grupo de sucesso: GEPPESP

Fonte: arquivo pessoal

Participar deste grupo e viver a Iniciação Científica(ProIC/UnB) enriqueceu meus horizontes e foi possível mergulhar em conhecimentos compartilhados a cada encontro. Ao participar deste grupo, vivenciar a iniciação científica na UnB, assistir as qualificações dos

estudantes do mestrado acadêmico e profissional, e apresentação de TCC, me fez despertar a vontade de continuar os estudos no mestrado da Faculdade de Educação – UnB, na linha de pesquisa da formação docente, área que me identifico e tenho curiosidade de pesquisar. Quem sabe isso será possível?

A partir do GEPPESP, foi possível produzir o primeiro artigo científico da minha vida profissional, que foi apresentado em um congresso nacional de educação intitulado CONEDU – Congresso Nacional de Educação (Figura 5).

Figura 5–Escalada para o Sucesso - CONEDU



Fonte: arquivo pessoal

Esse trabalho foi fruto do Projeto de Pesquisa de Iniciação Científica aprovado para ser apresentado em outro Estado, sendo o início do estudo da temática abordada neste trabalho de final de curso (TCC). CONEDU, o que dizer da minha primeira participação em um evento tão importante, que me proporcionou diversas emoções e interesses? Quero mais! Deus me proporciona a cada dia a vontade e o prazer em viver tudo que eu sempre quis e a cada dia me encanto, me emociono em poder compartilhar com as pessoas ao meu redor tudo aquilo que me faz feliz de verdade. CONEDU foi uma realidade! Sobre a profissão, eu não escolhi ser educadora a educação me escolheu e nela quero permanecer.

Lembram sobre a frase de “ser capaz de conquistar o mundo por ser quem sou e não por ser diferente e ter um diagnóstico?” Assim entendo que consegui conquistar e atingir objetivos e tenho gratidão pelas pessoas (Figura 6) que passaram na minha vida acadêmica.

Figura 6 – Sonhos que se tornam realidade: Me permitiu VOAR, me concedeu ver o MAR



Fonte: arquivo pessoal

E como já dizia desde o início da minha trajetória, não escolhi ser pedagoga, a pedagogia e toda sua magia encantadora que o curso apresenta me escolheu. Desde então não consigo me imaginar em outro lugar, em outra profissão. Tenho carinho com as professoras que passaram por mim e deixaram registrado em minha história o dom do conhecimento, aprendizado e paciência, tanto comigo, quanto com os demais estudantes.

2.7 Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Especiais - PPNE

Para o que serve o PPNE? Onde fica? Denominada de Coordenação de Apoio às Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais, este setor fica localizado na última sala da ala norte do Instituto Central de Ciências, na Universidade de Brasília (UnB). O apoio desta equipe durante minha trajetória de formação em nível de graduação foi fundamental para o meu crescimento na academia e com a ajuda dos tutores, mais especificamente tive suporte na caminhada acadêmica.

Esta coordenação oferece aos estudantes cadastrados o direito de ser acompanhado por um tutor em cada disciplina em que estiver matriculado, de acordo com suas dificuldades/necessidades, além de adaptação de materiais com tempo adicional para realização de provas e trabalhos. Com isso, o aluno solicita por meio de cartas designando aos professores as adequações necessárias.

Com o PPNE tive apoio para cursar as disciplinas e conseguir realizar os trabalhos da graduação. Agradeço imensamente por ter encontrado tutores que se tornaram especiais em minha trajetória.

Assim, concluo que hoje estou onde sempre almejei estar. A caminhada, embora difícil, nunca me fez desistir. Escolhi me tornar uma docente para retribuir todo conhecimento e carinho a mim dedicado durante toda minha formação, que foi extraordinária, gratificante e significativa. Com a UnB aprendi a valorizar aqueles que estão por nós: aprendi o real significado da amizade! Posso não ter encontrado muitos amigos, mas, os que Deus me permitiu fazer parte, são os melhores que eu poderia ter.

Com o PPNE encerro o meu memorial, onde foram descritas as minhas memórias educativas que tanto influenciaram na minha escolha de ser pedagoga e de estudar sobre a educação inclusiva. Espero seguir com os estudos na área de educação, quem sabe especialização ou mestrado...e assim, me tornar a profissional que sempre sonhei.



Parte II - Monografia

3 AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL E SUA MARCA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

O presente capítulo aborda sobre educação inclusiva, os tipos de deficiências que surgem na escola, bem como uma breve história da educação especial, esboçando as políticas públicas e educacionais que regem a formação do professor, além de contextualizar o estudante com necessidades educacionais especiais na escola pública e privada.

3.1 A concepção de Educação Inclusiva: transformar para incluir

A educação ocorre em diversos contextos: na escola, na família, nas várias instituições sociais. Este fenômeno é acompanhado por um conjunto de fatores, como por exemplo, o ambiente onde ocorre a aprendizagem, os instrumentos utilizados na prática pedagógica, como, por exemplo, a avaliação, a didática e a relação com o estudante.

Quando nos referimos ao termo aprendizagem, estamos abrangendo a inclusão no ensino. Castilho (2009) nos lembra que é preciso refletir sobre a necessidade de respeitar a igualdade e a diversidade entre os grupos em uma perspectiva de inclusão. A educação inclusiva é acolhedora e respeita o estudante dentro das suas limitações promovendo a aprendizagem de forma significativa.

Nesse sentido, ressaltamos o termo **educação inclusiva**, objeto de estudo desta pesquisa. Segundo Mantoan (2003, p. 12), a **inclusão escolar** sinaliza a mudança de paradigma da escola superando o modelo formal em direção a abertura para as diferenças culturais, sociais, étnicas, religiosas e de gênero nesta sociedade diversa. “A escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, nem anulando e marginalizando as diferenças nos processos pelos quais forma e instrui os alunos”. Incluir é primeiro saber respeitar a diversidade no ambiente escolar.

Essa diversidade ocorre, principalmente, em relação à Educação Especial. Como já citado no capítulo anterior, o atendimento às pessoas com deficiência passou por diversas mudanças, indo do atendimento em centros educacionais específicos até a rede regular de ensino, necessitando a adoção de posturas humanizadas frente aos estudantes para a melhoria da aprendizagem e da formação integral do sujeito aprendiz, seja ele com necessidades educacionais ou não.

Quando o professor respeita e reconhece as diferenças em sala de aula, poderá atuar de modo mais criterioso, tornando a aprendizagem significativa e envolvendo todos os alunos.

Para isso, precisa adequar o seu fazer pedagógico promovendo atividades que contemplem os alunos que possuem dificuldades e especificidades. Neste contexto, faz-se necessário investir na formação continuada apropriada. Destarte:

Ensinar, na perspectiva inclusiva significa, ressignificar o papel do professor, da escola, da educação e de práticas pedagógicas que são usuais no contexto excludente do nosso ensino, em todos os seus níveis [...] a inclusão escolar não cabe em um paradigma tradicional de educação e, assim sendo, uma preparação do professor nessa direção requer um *design* diferente das propostas de profissionalização existentes e de uma formação em serviço que também muda, porque as escolas não serão mais as mesmas, se abraçarem esse novo projeto educacional. (MANTOAN, 2003, p. 43).

A atuação didática da inclusão escolar deve envolver toda a escola, pois incluir não se refere apenas à sala de aula; é um movimento que abraça toda a instituição, inclusive nos projetos pedagógicos. Esse movimento poderá prevenir que os alunos especiais se sintam excluídos da e na escola, pois observamos que:

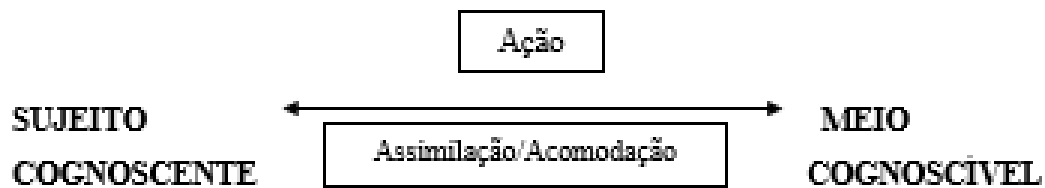
A escola brasileira por vezes é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa auto-estima resultante da exclusão escolar e da social [...]; esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como mal nascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal. (MANTOAN, 2003, p. 18).

Esses estudantes por vezes abandonam a escola, pois não acreditam serem capazes de concluir os seus estudos. Assim, com investimento em políticas de Ações Afirmativas é possível promover uma educação transformadora, ampla e promotora de esperança e respeito a todos os estudantes.

3.2 O desenvolvimento da aprendizagem na educação inclusiva

Para abordar sobre a inclusão, se faz necessário compreender como ocorre **desenvolvimento da aprendizagem**. Para Coelho (2012, p.42), “considera-se que o conhecimento se advenha da relação que se estabelece entre o sujeito e o meio”. Na sala de aula, o professor estabelece um vínculo com o estudante por meio de uma relação dialética, permitindo que haja uma melhor adaptação ao meio, bem como uma compreensão do que está sendo estudado. Na **Figura 7**, apresentamos o que Piaget denomina desenvolvimento e aprendizagem do ser humano em relação ao meio em que vive.

Figura 7 – O conhecimento da aprendizagem em Piaget

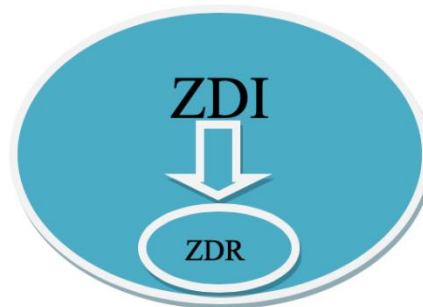


Fonte: Coelho (2012, p.42)

O conhecimento se estabelece a partir de uma ação conjunta entre o sujeito e o meio em que se encontra. Neste sentido, é fundamental que haja, no âmbito da educação inclusiva, um olhar inclusivo do professor para com os alunos que apresentam qualquer deficiência ou outro tipo de limitação que dificulte a sua aprendizagem. A assimilação e a acomodação apresentadas por Piaget explicitam como ocorre o processo de adaptação do conhecimento, no qual o aluno já se apropriou do saber para alcançar o equilíbrio necessário para estruturar as linhas ascendentes, partindo dos conhecimentos mais simples para os mais complexos.

Finaliza-se essa abordagem do desenvolvimento com a teoria de Vygotsky, ao qual, criou o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal. Para Coelho (2012, p.45) “[...] o meio cultural e histórico são constitutivos do desenvolvimento humano, o que permite superar as dicotomias individual/social, natureza/cultura, biológico/social, razão/emoção”. À luz de Vygotsky destaca-se a **Figura 8**.

Figura 8 – O conhecimento da aprendizagem em Vygotsky



Fonte: Coelho (2012, p.45)

Para Vygotsky, o meio influencia no desenvolvimento da aprendizagem do aluno, de modo que a Zona de Desenvolvimento Iminente permite a mediação simbólica entre a Zona de Desenvolvimento Real. Na educação inclusiva, essa abordagem é concebida pela escola como uma teoria de suma relevância, tendo em vista que há uma perspectiva de superação de barreiras nas dificuldades enfrentadas pelo aluno com auxílio do professor. Este, por sua vez, pode encontrar nessa abordagem o alicerce para as práticas pedagógicas a partir das interações em conjunto com os alunos.

3.3 Os tipos de deficiências

Para Carvalho (2002, p.15), “a educação especial tem sido considerada como a educação de pessoas com deficiência, seja ela mental, auditiva, visual, motora, física, múltipla ou decorrente de distúrbios invasivos do desenvolvimento”. Diante disso, destacamos que as pessoas podem apresentar diversas limitações em virtude de algumas deficiências, como destacadas no **Quadro 1**.

Quadro1 – As Limitações e Deficiências

Deficiências e suas limitações					
Física/ Motora	Mental	Múltipla	Auditiva	Visual	Autismo
Locomoção	Aprendizagem	Aprendizagem	Leitura/ oralidade	Leitura/ escrita	Comunicação
Leitura/ escrita	Interação com o meio	Interação com o meio	Comunicação	Locomoção	Interação Social
Fala/ coordenação motora	Leitura	Leitura	Escuta sensível		Comportamentos motores ou verbais esteriotipados
Lateralidade	Escrita/ oralidade	Escrita/ oralidade			Aderência a rotinas e padrões

Fonte: Construído pela autora (2019) a partir de Carvalho (2002).

O Quadro 1 pontua as limitações mais frequentes que o sujeito com necessidade educacional especial pode apresentar. Lembrando que cada indivíduo tem suas particularidades e deve ter uma adequação curricular específica, tanto pela Secretaria de Educação do Distrito Federal, como pelas universidades públicas e privadas, de modo que, os professores tenham ciência da maneira de agir e ensinar em sala de aula, com os estudantes que apresentam algum tipo de deficiência. Ressaltamos também o Autismo, tendo em vista que foi considerado como uma deficiência, por meio da Lei 12.764/2012.

Tanto as deficiências físicas e auditivas, quanto a mental e visual, requerem dos professores, seja da educação básica ou do ensino superior, posturas inclusivas. Baseada neste argumento destacamos as diferentes deficiências descritas no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Esta legislação estabelece como deficiência auditiva a “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz”. (BRASIL, 1999, sp).

A **Deficiência Auditiva** é uma das deficiências com mais conceitos no campo acadêmico; no entanto, nota-se que ainda precisa ser investigada e trabalhada de forma a ser aprimorada nas atividades no campo educacional e social do sujeito. Percebe-se que:

[...] 96% das crianças surdas são filhas de pais ouvintes, a instituição educacional se apresenta como o ambiente privilegiado de aquisição da primeira língua. Dessa forma, a educação da criança surda deverá organizar-se de modo a promover o seu desenvolvimento, considerando o importante papel desempenhado pela linguagem. (DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 24).

Se a maioria das pessoas surdas são filhos de pais ouvintes, isso requer um trabalho social maior da escola, da instituição de ensino superior e do Estado, para que haja uma organização do planejamento. É importante destacar que, no DF, há o funcionamento de uma escola bilíngüe, situada na cidade de Taguatinga, para atender alunos com deficiência auditiva. Na Universidade de Brasília – UnB, há o curso de graduação em Língua de Sinais Brasileira – Português como Segunda Língua, que concentra a maior parte dos estudantes surdos (usuários de Libras) na UnB. Consideramos como dois marcos fundamentais nesta área.

A educação inclusiva pode ocorrer no trabalho docente de forma ativa e presente na vida dos alunos e dos pais, mas para isso, se faz necessário o compromisso da sociedade e do próprio sujeito.

Outra Deficiência é a **Visual** que se refere a:

Situação de perda total da visão – denominada cegueira – ou a um quadro de baixa visão. Pode-se, portanto, conceituá-la como: • **cegueira**: situação de ausência total de visão, chegando, inclusive, à perda total de projeção de luz. O estudante cego necessita, para o seu desenvolvimento educacional, de atendimentos específicos, tais como: domínio do Braille, sorobã, orientação e mobilidade, dentre outros [...] • **baixa visão**: prejuízo da função visual mesmo após tratamento e/ou refração óptica. As condições de baixa visão são variáveis, bem como as necessidades educacionais especiais do estudante com baixa visão, que variam de um para outro, de acordo com o grau de sua perda visual. (DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 25).

Na deficiência visual normalmente há um diagnóstico mais preciso para averiguar o comportamento do estudante. Na Secretaria de Educação há uma instituição de ensino destinada para estes alunos que é o Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais (CEEDV). Este Centro desenvolve um trabalho importante, tendo em vista que as outras escolas não estão totalmente preparadas para receber o aluno que apresenta essa limitação. Esta instituição encontra-se preparada para dar o suporte necessário ao estudante com algum tipo de deficiência.

No Ensino Superior como estes estudantes são acolhidos? Observamos a partir da

pesquisa de campo que na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília existe o Laboratório de Apoio ao Deficiente Visual (LDV) que auxilia os estudantes no processo e na caminhada no ensino superior.

A **Deficiência Física** pode ser definida como aquela:

Caracterizada pelo comportamento de condições motoras que acometem algumas pessoas de forma a comprometer-lhes a mobilidade, sua coordenação motora geral e/ou sua fala. Geralmente essas implicações são consequentes de lesões neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, reumáticas ou má-formação de natureza congênita. Dessa forma, conforme documentos orientadores nacionais (MEC, 2004), a deficiência física refere-se ao comprometimento do aparelho locomotor, que compreende o sistema osteoarticular, o sistema muscular e o sistema nervoso. (DISTRITO FEDERAL, 2010 p.27).

A deficiência física compromete a mobilidade com outras limitações que podem vir a ocorrer no cotidiano das pessoas. Nesse quesito, observamos que na Universidade de Brasília (UnB) há um setor que acolhe todos os estudantes com deficiência que assim desejarem, independentemente da limitação, que é a Coordenação de Apoio a Pessoa com Deficiência. Esta coordenação visa o melhor atendimento educacional e social ao estudante universitário.

No que se refere à **Deficiência mental**, mais precisamente a intelectual, entendemos que para abordá-la faz-se necessário conhecer a sua terminologia. Nesse contexto, Belo et al (2008, p.4) discorrem sobre este termo:

[...] na primeira metade do século XX, o Quociente de Inteligência (QI) foi entendido como estimativa de um potencial intelectual inato, um reflexo de uma inteligência geral, unidimensional e undeterminada, inalterável e não permeável às influências socioculturais e educativas. Paralelamente, a deficiência intelectual foi perspectivada como um déficit intelectual, de que o QI era a expressão numérica, de natureza individual e etiologia orgânica, imutável e incurável.

O QI com déficit passou a ser considerado como um fator para a deficiência intelectual, mesmo sabendo que existem outras características para o diagnóstico. Sendo assim, existem as crianças que apresentam o QI baixo, mas que pode ser decorrente de diversas causas, até mesmo alguma intercorrência durante o nascimento.

Vale salientar que os pais dessas crianças que tinham um QI considerado baixo, com o passar dos anos começaram a perceber as dificuldades na aprendizagem, no comportamento, na vida social. No entanto, nem sempre eram investigadas de forma precoce. Assim, ao chegar à escola, surgiam as dificuldades, que na maioria dos casos eram percebidas pelos professores que encaminhavam o estudante para os apoios (psicólogo, pedagogos, psicopedagogos).

Atualmente percebemos diversos avanços nos conceitos, sendo que os estudos atuais sobre Deficiência Intelectual ressaltam que o diagnóstico não pode levar em conta apenas o nível de QI.

Ainda neste contexto, se faz importante frisar o conceito de Deficiência Intelectual/Mental mais atual, pela associação relacionada às pessoas com deficiência. Dessa forma:

A American Association on Intellectual and Developmental Disabilities – AAIDD, deficiência intelectual/mental é a “incapacidade caracterizada por importantes limitações, tanto funcionamento intelectual como no comportamento adaptativo, expressa nas habilidades adaptativas conceituais, sociais e práticas. Essa incapacidade tem início antes dos 18 anos de idade”. (AAMR, 2006, p. 20 apud DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 22).

Assim, destacam-se algumas dificuldades apresentadas pelas pessoas que tem QI considerado baixo:

- Dificuldade para resoluções de problemas e cálculos, não só matemáticos, mas também relacionados à vida cotidiana;
- Dificuldade para argumentar e responder situações em grupos, em família, na escola, etc.
- Dificuldade para processar as informações;
- Dificuldade para leitura e escrita;
- Pode apresentar outros distúrbios e transtornos como Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), dislexia, dentre outros.

A pessoa com deficiência intelectual apresenta dificuldades em seu contexto social e escolar. No entanto, desenvolve habilidades a partir da aprendizagem práticas motivadoras, sejam elas por meio da música, dos jogos, da leitura, da pintura, dentre outras que expressam a sua capacidade de desenvolvimento de aprender e ensinar. Portanto, acredita-se que:

As habilidades intelectuais referem-se à inteligência, compreendida como uma habilidade mental geral, cuja aplicação dá-se por meio do raciocínio, do planejamento, da resolução de problemas, do pensamento abstrato, da compreensão de ideias complexas e da aprendizagem rápida, baseadas nas experiências da própria pessoa. O comportamento adaptativo é a reunião das habilidades conceituais, sociais e práticas que foram aprendidas pelas pessoas e são colocadas em prática em seu cotidiano. (DISTRITO FEDERAL, 2010, p. 23).

Ainda em relação ao conceito de pessoa com deficiência, é fundamental ressaltar a Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência – CDPD (ONU, 2008). Este documento é um importante marco, pois consolida uma mudança na definição do que é deficiência. Nas legislações anteriores, a deficiência está na pessoa, que não enxerga, que não

escuta, que não caminha. Essa concepção é chamada nos estudos sobre de deficiência de biomédica. Já na CDPD, a deficiência é apresentada como uma construção social da pessoa com alguma lesão ou limitação com o ambiente. Assim, se constrói uma definição que é social de deficiência.

Um primeiro exemplo sobre essa concepção é um estudante que se locomove com cadeiras de rodas. Devido a uma lesão física, não poderá realizar algumas atividades em sala de aula, mas é necessário ver se o ambiente onde ele está é acessível, permite sua permanência e sua participação e como o professor pode promover a inclusão por meio da adaptação curricular e de atividades.

Outro exemplo é a dificuldade de um surdo em aprender: essa dificuldade não é do surdo (que não ouve), mas muitas vezes da escola que não promove a acessibilidade, não possui intérprete de Libras ou professores que saibam ensinar para este público.

Sobre esse debate, consideramos que o modelo biomédico tende a responsabilizar o indivíduo por seus fracassos, enquanto no modelo social se entende que a deficiência é uma questão de justiça social, direitos humanos e equidade. Nesse sentido, a CDPD inspirou a compreensão de deficiência que está na Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015), onde o artigo 2º diz que:

Considera-se a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015).

O importante é que o estudante, seja da escola básica ou do Ensino Superior, tenha acompanhamento por uma equipe de apoio para desenvolver estas habilidades na escola e no ensino superior, dado que também irá auxiliar na aprendizagem e inclusão desses estudantes na escola e, conseqüentemente, na sociedade, levando-os a superar as barreiras para não só vencer, mas também transformar o saber em cidadania.

3.4 Educação Inclusiva no Brasil: um breve histórico

A educação inclusiva no Brasil passou por diversos períodos de transformações até chegar ao contexto atual. Quando pensamos na inclusão no passado, encontramos conceitos diferentes dos que encontramos hoje. A pessoa com deficiência era vista como incapaz, estudando em institutos especiais distante do convívio com outros estudantes, além do uso de termos considerados inadequados à pessoa com deficiência.

Quando tratamos do recorte temporal, averiguamos que no século XIX “encontra-se a fase de institucionalização especializada: aqueles indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados de suas residências”. (SOUTO, 2014, p.16). A família buscava uma educação que não fosse dentro das escolas e as legislações remetiam a um atendimento escolar especializado, em ambientes diferentes da escola regular.

Iniciando no Brasil Império, foram sendo criados institutos especializados ao atendimento da pessoa com deficiência, conforme o **Quadro 2**.

Quadro 2 – Atendimento às pessoas com deficiência no Brasil: contexto histórico

Atendimento às pessoas com deficiência no Brasil	
1854	Instituto de Meninos Cegos (Instituto Benjamin Constant) – Rio de Janeiro
1857	Instituto Nacional da Educação dos Surdos – Rio de Janeiro
1926	Instituto Pestalozzi
1954	APAE – Associação de Pais e Amigos de Excepcionais

Fonte: adaptação de Souto (2014).

Outro fator de relevância no contexto histórico da educação inclusiva é a análise da legislação educacional que trata da educação especial, principalmente a evolução da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Quadro 3 – Leis que regem a política de Educação Inclusiva no Brasil

1948	Declaração Universal dos Direitos Humanos
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 4.024/61 – direito dos excepcionais
1971	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 45.692/1971 – tratamento especial aos alunos que apresentam deficiências físicas ou mentais
1988	Constituição Federal de 1988
1993	Decreto nº 914 - Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
1994	Declaração de Salamanca
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/1996– educação especial oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais
2008	Política Nacional de Educação Especial na perspectiva inclusiva
2011	Decreto nº 7.611/2011 – Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e dá outras providências, como a criação de núcleo de acessibilidade nas Instituições Federais de Educação Superior
2015	Lei nº 13.146 - Estatuto da Pessoa com Deficiência
2016	Lei nº 13.409/2016 – Lei de criação de cotas para pessoas com deficiência ingressarem na educação superior

Fonte: da autora (2019) a partir da pesquisa documental (2019).

Em 10 de dezembro de 1948, em plena segunda guerra mundial, houve o maior acontecimento da história a Declaração Universal dos Direitos Humanos em prol da Paz

mundial, um fato que marcou o mundo inteiro e sensibilizou uma nação inteira a repensar nos direitos das pessoas como cidadão.

Depois de passados tantos anos, nasceu a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/61 e dela surge “os direitos dos excepcionais” no qual fica expresso em seus artigos 88 e 89 que:

Art. 88 - A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

Art.89 - Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação e relativa à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. O direito à educação será garantido aos excepcionais entendendo-se que, para contribuir para sua integração na comunidade, seu processo educativo deve enquadrar-se no sistema geral de educação. (BRASIL, 1961 apud CARVALHO, 2007, p.66).

Naquela época, a lei considerava que, na educação básica, os alunos que apresentavam alguma deficiência eram considerados "excepcionais"; a inclusão destas pessoas permitia não somente o acesso ao ensino, mas de certa maneira a garantia na forma da lei os direitos da pessoa com deficiência na integração no ensino regular.

A Lei Nº 5.692/1971 (BRASIL, 1971, sp), uma emenda da LDB 4.024/61, destacou os seguintes artigos:

Art. 3º Sem prejuízo de outras soluções que venham a ser adotadas, os sistemas de ensino estimularão, no mesmo estabelecimento, a oferta de modalidades diferentes de estudos integrados, por uma base comum e, na mesma localidade:

- a) a reunião de pequenos estabelecimentos em unidades mais amplas;
- b) a entrosagem a intercomplementariedade dos estabelecimentos de ensino entre si ou com outras instituições sociais, a fim de aproveitar a capacidade ociosa de uns para suprir deficiências de outros;
- c) a organização de centros interescolares que reúnam serviços e disciplinas ou áreas de estudo comuns a vários estabelecimentos.

Art. 9º Os alunos que apresentem deficiências físicas ou mentais, os que se encontrarem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados deverão receber tratamento especial, de acordo com as normas fixadas pelos competentes Conselhos de Educação.

Art. 52. A União prestará assistência financeira aos Estados e ao Distrito Federal para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e organizará o sistema federal, que terá caráter supletivo e se estenderá por todo o País, nos estritos limites das deficiências locais.

Observa-se que na LDB de 1961 (BRASIL, 1961), as pessoas com deficiências eram consideradas excepcionais e não havia uma integração com a turma regular. Já a LDB (BRASIL, 1994) faz a integração de atividades dentro do ambiente escolar para acolher todos os estudantes, sendo que os que apresentam limitações e dificuldades de aprendizagem e interação com os demais terão a garantia de atendimento educacional especializado e

exclusivo visando à necessidade de cada sujeito.

Após a abordagem em relação à LDB de 1971 (BRASIL, 1971), inicia-se no contexto histórico a Constituição Federal 1988 (BRASIL, 1988, sp), na qual se destacam os seguintes artigos:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

II - criação de programas de prevenção e atendimento especializado para as pessoas portadoras de deficiência física, sensorial ou mental, bem como de integração social do adolescente e do jovem portador de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho e a convivência, e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de obstáculos arquitetônicos e de todas as formas de discriminação.

Diante disso, a Constituição Federal assegura aos estudantes o acesso a convivência na Educação Básica e Ensino Superior em universidades, com mediante a elaboração de projetos que se adequem e possam auxiliar os alunos com deficiência, privilegiando assim a autonomia da aprendizagem dessas pessoas. É dito na lei a garantia ao apoio das famílias dos indivíduos que apresentam alguma limitação proporcionando o direito à educação para todos visando à prática do exercício coletivo com os demais sujeitos para trabalhar a integração das pessoas com deficiência na sociedade como um todo.

Em 1993 foi criado o Decreto nº 914 que trata sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência qual se refere a qualificação profissional do sujeito com deficiência. (BRASIL, 1993).

Em 1994 foi realizada a Conferência Mundial sobre as Necessidades Educacionais Especiais consolidando-se a **Declaração de Salamanca** (UNESCO, 1994). Esta Declaração, dentre tantos outros pontos, destaca que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de 1994 se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança,

capaz de satisfazer a tais necessidades,

- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêem uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 1).

Areferida declaração assegura as pessoas com deficiência o direito a educação no ensino regular da educação básica e ensino superior capacitando aos sujeitos à inserção no ambiente educacional como um todo, podendo então participar de todos os projetos e atividades que a escola oferece aos estudantes.

Em 06 de Julho de 2015 foi promulgada e aprovada a Lei nº 13.146 (BRASIL, 2015) que trata sobre o Estatuto da pessoa com Deficiência, o qual versa sobre os seguintes pontos, dentre outros:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurado sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação.

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I - sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida;

II - aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos de acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena;

III - projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado, assim como os demais serviços e adaptações razoáveis, para atender às características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia;

IV - oferta de educação bilíngue, em Libras como primeira língua e na modalidade escrita da língua portuguesa como segunda língua, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas;

V - adoção de medidas individualizadas e coletivas em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social dos estudantes com deficiência, favorecendo o acesso, a permanência, a participação e a aprendizagem em instituições de ensino;

VI - pesquisas voltadas para o desenvolvimento de novos métodos e técnicas pedagógicas, de materiais didáticos, de equipamentos e de recursos de tecnologia assistiva;

VII - planejamento de estudo de caso, de elaboração de plano de atendimento educacional especializado, de organização de recursos e serviços de acessibilidade e de disponibilização e usabilidade pedagógica de recursos de tecnologia assistiva;

VIII - participação dos estudantes com deficiência e de suas famílias nas diversas instâncias de atuação da comunidade escolar;

IX - adoção de medidas de apoio que favoreçam o desenvolvimento dos aspectos linguísticos, culturais, vocacionais e profissionais, levando-se em conta o talento, a criatividade, as habilidades e os interesses do estudante com deficiência;

- X - adoção de práticas pedagógicas inclusivas pelos programas de formação inicial e continuada de professores e oferta de formação continuada para o atendimento educacional especializado;
- XI - formação e disponibilização de professores para o atendimento educacional especializado, de tradutores e intérpretes da Libras, de guias intérpretes e de profissionais de apoio;
- XII - oferta de ensino da Libras, do Sistema Braille e de uso de recursos de tecnologia assistiva, de forma a ampliar habilidades funcionais dos estudantes, promovendo sua autonomia e participação;
- XIII - acesso à educação superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;
- XIV - inclusão em conteúdos curriculares, em cursos de nível superior e de educação profissional técnica e tecnológica, de temas relacionados à pessoa com deficiência nos respectivos campos de conhecimento;
- XV - acesso da pessoa com deficiência, em igualdade de condições, a jogos e a atividades recreativas, esportivas e de lazer, no sistema escolar;
- XVI - acessibilidade para todos os estudantes, trabalhadores da educação e demais integrantes da comunidade escolar às edificações, aos ambientes e às atividades concernentes a todas as modalidades, etapas e níveis de ensino;
- XVII - oferta de profissionais de apoio escolar. (BRASIL, 2015, sp).

Nota-se que a lei que rege o Estatuto da pessoa com Deficiência vem valorizando todos os tipos de deficiências e particularidades que o público da educação especial apresenta, principalmente se tratando dos surdos, permitindo o acesso do recurso educacional em Libras e às pessoas com Deficiência Visual as adaptações dos materiais em *Braille*.

Com a alteração da lei no ano de 1996, o estudante tem o seu atendimento preferencial na rede regular de ensino, o que demonstra um avanço na discussão do tema, promovendo a inclusão desses alunos.

Outra Legislação importante foi a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996 (LDBEN) (BRASIL, 1996), tomando como norte o entendimento de educação especial na letra da lei, mas para isso, o artigo 1º define a educação como:

Art. 1º **A educação** abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo **do trabalho e à prática social**. (BRASIL, 1996, sp.).

A educação forma o sujeito livre para expor as suas ideias como um ser autônomo na sociedade em que está inserido, de modo que venha saber não somente a se posicionar no meio, mais a se relacionar com o mundo em que vive, preparando-o para inseri-lo no mundo do trabalho por meio do seu conhecimento.

Compreendendo o que é educação, o que vem a ser educação especial? Vejamos a Lei 9.394:

Art. 58. **Entende-se por educação especial**, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

§ 1º **Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular**, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º **O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados**, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular (BRASIL, 1996, sp, grifo nosso).

A educação especial já foi referida no início deste trabalho, no entanto, retoma no processo histórico, tendo em vista que hoje se atende a todos, não mais somente a algumas crianças, jovens e adultos com certas deficiências ou limitações. Percebe-se que, na forma da lei, estes sujeitos tem direito ao atendimento educacional especializado nas escolas especiais, somente se houver necessidade, pois a preferência é a rede regular de ensino em uma perspectiva de educação inclusiva. Nota-se que na inclusão há necessidade de apoio do Estado para haver professores e monitores preparados para dar o suporte adequado tanto aos estudantes quanto aos docentes.

3.5 O papel do professor no cenário da educação inclusiva no Brasil

Notoriamente, a educação tem desempenhado um papel muito importante no âmbito da educação inclusiva no Brasil. No entanto, também vem sendo desvalorizada constantemente, tendo em vista a falta de reconhecimento no ensino público. Para Libâneo e Pimenta (1999) o professor é um profissional que pode auxiliar no desenvolvimento pessoal do estudante. Um facilitador do acesso do aluno ao conhecimento, um ser de cultura que domina de forma profunda sua área de especialidade e seus aportes para compreender o mundo. Ainda fundamentado nos autores citados, compreendemos que é mediante o acesso à educação que as crianças e jovens constroem têm possibilidades de serem inseridos socialmente, sendo o professor o mediador deste processo. É o professor quem primeiro reconhece, respeita e valoriza as múltiplas deficiências que estes alunos apresentam. Todavia, nem sempre o Estado reconhece a importância deste profissional precarizando o fazer docente.

No sentido da precarização do ensino, pensamos em necessidade de investimentos. Inferimos que a escola pública não possui investimento suficiente para promover uma educação de qualidade, muito menos para a educação inclusiva. No entanto, pode ser considerada como uma boa alternativa e via de inclusão para as crianças que apresentam

algum tipo de deficiência, tendo em vista a existência de equipes de apoio pedagógicos, que podem auxiliar o professor no trabalho com estudantes especiais, contribuindo no acompanhamento do ensino e aprendizagem.

É mediante o acesso à escola e às aulas adaptadas às suas limitações, que estes estudantes poderão desfrutar de uma aprendizagem mais significativa, de acordo com as suas possibilidades. Assim, destacamos que a Pedagogia, e outros cursos de licenciaturas são primordiais para formação docente, tendo em vista que é neste espaço formativo que oportunizará a delimitação da prática profissional.

No sentido de formação e prática, refletimos que, a cada dia, o professor aprende novas habilidades e competências, sendo de suma importância que esteja apto a trabalhar com pessoas com as mais diversas características, bem como pessoas com deficiências. Então, podemos considerar a formação continuada e a docência intrinsecamente interligadas, sendo que uma constitui a outra. Neste sentido, compreendemos a formação continuada como:

A formação de professores é a área de conhecimentos, investigação e de propostas teóricas e práticas que, no âmbito da Didática e da Organização Escolar, estuda os processos através dos quais os professores se implicam individualmente ou em equipe, em experiências de aprendizagem através das quais adquirem ou melhoram os seus conhecimentos [...] e que lhes permitem intervir profissionalmente no desenvolvimento do seu ensino, do currículo e da escola, com o objetivo de melhorar a qualidade da educação que os alunos recebem (GARCÍA, 1999, p. 26).

Quando relacionamos a formação continuada à prática pedagógica e a educação inclusiva percebemos que há viabilização do aprimoramento da didática, do planejamento, da avaliação, dos recursos metodológicos, dentre outros que permitem o progresso deste aluno na aprendizagem.

Nota-se que quando nos referimos à etimologia da palavra inclusão, nos remetemos às pessoas que apresentam dificuldades na aprendizagem e que estão nas salas de aula regulares. Essa inclusão, por vezes, pode assustar o professor, tendo em vista que muitos não têm uma formação adequada para lidar com alguma deficiência. Na atual conjuntura em que vivemos, torna-se primordial que o professor seja um elo entre o aprender e ensinar para estes estudantes, principalmente no ensino superior para que evitem situações constrangedoras de “zombaria” e preconceitos.

Compreendemos que os estudantes são seres humanos que pensam e agem no e com o mundo. Independente da dificuldade que apresentam, são capazes de atuar com desenvoltura e autonomia. Por isso, não se pode julgar que alguém não seja capaz de fazer ou aprender algo só pelo fato de ser diferente. É com o apoio do professor que o aluno com deficiência e os

demais presentes na turma, aprendem de acordo com o que cada um é capaz de realizar. Assim, compreendemos que “a inclusão, o pertencimento e a formação do aluno como sujeito de direitos, constituem mais que propósitos e focos do processo pedagógico, essências da escola [...]”. (RANGEL, 2015, p. 42).

A inclusão é muito mais do que estar no mesmo espaço, mas é trocar experiências e aprendizagens. Nesse sentido, o professor pode desempenhar um papel crucial de diálogo, de desenvolvimento de habilidades, de preparação para o mercado de trabalho, de inclusão na sociedade, de fazê-los parte integrante de algo que ainda reluz a exclusão, mesmo que em silêncio.

4 CONHECENDO A ATUAÇÃO DE PROFESSORES DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SUPERIOR: PERSPECTIVA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA?

O presente capítulo visa demonstrar o percurso trilhado na/para a construção do trabalho de conclusão de curso, de modo que se espelha a natureza e tipo da pesquisa, os instrumentos utilizados, os sujeitos investigados, bem como o tratamento a ser dado para analisar os resultados coletados.

4.1 Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa, para demonstrar os resultados colhidos na pesquisa de campo. Qualitativo caracteriza-se por ser uma pesquisa que dá conta de atender aos propósitos desse objeto de estudo, pois vai para além dos dados que é realizada, mediante levantamento. É uma pesquisa interpretativa, dado que se pode mudar a todo tempo, tem um raciocínio complexo, multifacetado e interativo, com estratégias de pesquisa variadas (CRESWELL, 2007).

Também foi contemplada a pesquisa bibliográfica, de campo e um memorial. Para Silva (2010, p. 605) “[...] a memória individual, ao invés de estar subordinada à ação unificadora da coletividade, revela-se potencialmente como um espaço interpretativo, de construção de sentido, regulado pelas experiências emocionais e expectativas pessoais de cada indivíduo”. No memorial foi relatada toda a vivência, desde o nascimento com a família, na vida escolar e a acadêmica. Retrataram-se as dificuldades e os avanços durante a vida, construindo e consolidando os passos da profissão de uma pedagoga.

Após a consolidação do memorial, seguiu o estudo com a pesquisa bibliográfica,

sendo que para Gil (2002, p.44), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Este autor salienta que essa ferramenta deve ter embasamento teórico, para que possa se tornar um trabalho acadêmico. Por este motivo, faz-se luz à autores renomados que trarão uma materialização da educação inclusiva no processo de ensino e aprendizagem.

Parra e Almeida (2002, p.102) descrevem que a pesquisa de campo “[...] é a consulta por meio de questionário ou entrevista junto aos elementos envolvidos, que permite a análise e conclusões, segundo objetivos previamente estabelecidos. [...] Essa pesquisa tem como base observar os fatos como ocorrem”. A pesquisa de campo foi realizada com professores da Secretaria de Educação do Distrito Federal do Ensino Fundamental 1 (Anos Iniciais) e professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB) com intuito de analisar e compreender atuação destes profissionais junto aos estudantes com necessidades educacionais especiais.

O instrumento para coleta de dados foi o questionário de perguntas fechadas e abertas. Cervo, Bervian e Silva (2007, p.53) definem que “[...] o questionário é a forma mais usada para coletar dados, pois possibilita medir com mais exatidão o que se deseja. Em geral, a palavra questionário refere-se a um meio de obter respostas às questões por um formulário que o próprio informante preenche”. Os autores demonstram que o questionário é um instrumento que serve de base para o trabalho a ser desenvolvido, permitindo que o pesquisador trabalhe melhor na investigação da pesquisa. Este instrumento foi escolhido para fazer parte deste estudo por ofertar a possibilidade de atingir os propósitos idealizados nos objetivos, buscando compreender como o professor desenvolve o processo de aprendizagem junto aos alunos com deficiência, como incluí-los e fazê-los sentir-se parte do processo. A pesquisa de campo foi realizada no 1º semestre de 2018. Assim, após delimitar a metodologia da pesquisa, parte-se agora à apresentação e análise da coleta de dados.

4.2 Um olhar na educação inclusiva na Faculdade de Educação da UnB

A primeira pesquisa de campo foi realizada com 2 professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (FE/UnB), para analisar a formação inicial e continuada destes profissionais. De acordo com as respostas dos questionários, encontramos os seguintes resultados: a) os 2 docentes possuem formação em Pedagogia; b) os 2 fizeram especialização em alguma área da educação; c) os 2 possuem mestrado e doutorado em educação.

Percebemos que a formação inicial se destaca por sua diversidade no campo acadêmico. Sobretudo podemos ressaltar que o mestrado e o doutorado em educação se predominam, sendo caracterizado como um dos requisitos para ingressar como professor da Faculdade de Educação na UnB. Em relação a isso, nos questionamos: será se este é um fator que influencia na formação dos futuros professores, estudantes com necessidades especiais? Gâmbaro (2002) nos traz um alerta ao salientar que atualmente a prática docente possui alguns profissionais despreparados, tentando “driblar” seus medos e inseguranças vividos no âmbito da educação, sendo que isso pode ser um fator de influência no trabalho com alunos com deficiência.

Consideramos primordial que, para o desenvolvimento de práticas pedagógicas junto aos alunos com alguma necessidade especial faz-se necessário que haja uma formação adequada, de modo que o presente estudo demonstrou que os professores da (FE) tem se empenhado bastante na oferta e na realização de sua formação na área de Educação Inclusiva ao alcançar o índice de 100% na coleta de dados. Assim, alicerçado a este currículo, nos debruçamos em mergulhar na atuação destes profissionais junto aos alunos com deficiência no campus.

4.2.1 A Educação Inclusiva sob a ótica dos docentes da FE

A Universidade de Brasília (UnB) exerce muita influência na formação de profissionais, inclusive professores, tendo em vista a sua imensa oferta de cursos de licenciatura. Com isso, são muitos estudantes que passam pelos cursos de graduação, sendo que a universidade também recebe estudantes com necessidades especiais. Deste modo, consideramos a relevância de conhecer **qual a percepção dos docentes da FE quanto a Educação Inclusiva?** Sendo assim, questionamos aos pesquisados, o que seria a Educação Inclusiva:

Professor A: Trata-se de um movimento que valoriza as diferenças e defende o direito de todos a educação. **Professor B:** Um paradigma que reconhece o direito de todas e todos pertencerem aos diferentes espaços de aprendizagem e desenvolvimento. **Professor C:** É uma educação voltada pra inserção escolar, atendendo-os nas suas especificidades, assegurando o acesso, a permanência e a participação de todos no processo. (Trecho do questionário, 2018, grifo nosso).

Iniciamos nossa análise com a fundamentação legal da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996 que traz na letra da lei que o **“direito a todos à educação”** deve ser colocada em prática em todo âmbito educacional (BRASIL,1996). Nota-se nas

respostas coletadas pelos professores da FE da UnB que há um empenho por partes dos docentes para valorizar o pertencimento que estes alunos com deficiência têm a uma educação de qualidade, portanto, a inserção é considerada um fator primordial para que o acesso, a permanência, para que a participação não se torne obsoleta no ensino superior.

4.2.2 A atuação dos docentes junto aos alunos com necessidades especiais

Analisamos o que os professores da Faculdade de Educação da UnB apresentam de cursos de Educação Inclusiva. No entanto, nos questionamos **como é na prática? Isto é, como se dá a atuação dos docentes juntos aos alunos com necessidades especiais ou que apresentam algum transtorno de aprendizagem?**

Professor A: Promovendo qualidade nas diferentes menções. **Professor B:** O professor precisa estar atento às diferentes possibilidades de aprender e adequar sua metodologia de forma a dar condições de aprendizagem. Recursos específicos, repensar avaliação e atividades de grupo e individuais em sala. **Professor C:** Em primeiro lugar o professor precisa conhecer o aluno, está inteirado sobre sua deficiência ou transtorno e mapear as potencialidades dele para poder planejar as atividades, as estratégias, os métodos e a avaliação de forma a garantir seu acesso à educação. (Trecho do questionário, 2018, grifo nosso).

Para incluir um aluno com necessidades especiais, torna-se evidente que é preciso primeiro **conhecer**. Quando se diz conhecer não nos referimos apenas ao aluno, mas também sobre as múltiplas deficiências, tendo em vista que elas devem ser pensadas na perspectiva da diversidade. Ao conhecer, o professor pode ter domínio para aplicar este saber na qualidade das diferentes menções que são utilizadas na UnB. Para Lourenço (2010, p.36):

Em uma escola inclusiva, o conceito de "normal" precisa ser dissociado do conceito de igual e associado ao conceito de diversidade. A diversidade é o normal na escola inclusiva! Mas do que isso, escola inclusiva é capaz de trabalhar com qualidade com a diversidade humana. Para o trabalho com a diversidade, não mais funciona o professor chegar à sua turma no primeiro dia de aula com um planejamento pronto e fechado do que vai tratar a cada aula do ano letivo. Não é mais possível repetir, a cada ano e para cada turma, o planejamento feito no ano anterior e para outras turmas. O aluno não pode mais ser pensado como aquele que vai à escola apenas para ouvir, copiar e repetir. Não podemos mais esperar que todos aprendam as mesmas coisas da mesma forma e ao mesmo tempo.

Estar atento a estas diferenças, ou seja, na diversidade na sala de aula, é muito importante, pois é perceptível nos discursos dos docentes que ainda existem casos de alunos que chegam ao ensino superior sem diagnóstico. A partir do momento que, professores do ensino superior trabalham nessa perspectiva de inclusão, é possível traçar novas estratégias de

ensino e aprendizagem, como forma de aperfeiçoar e desenvolver as potencialidades destes estudantes.

4.2.3 A formação continuada como agente transformador na UnB

Para Fonseca (1995), há urgência na formação de professores que estão ou vão atuar com alunos com necessidades especiais, tendo em vista que, somente com esta preparação, é que de fato se pode alcançar sucesso na educação inclusiva.

Assim, acreditamos que a formação para atuar na educação inclusiva do ensino superior deve começar na base inicial. No entanto, isto não é o suficiente; torna-se crucial **que haja uma formação continuada na vida deste educador**. A esse respeito, podemos analisar qual a sua importância na FE:

Professor A: A formação continuada é necessária para que o docente conheça as necessidades específicas dos alunos com diferentes tipos de deficiências. **Professor B:** Seria muito importante se tivéssemos espaços de formação continuada, na universidade. Considero extremamente importante para aumentarmos as chances de termos uma universidade, verdadeiramente, inclusiva e universal. **Professor C:** É imprescindível que o professor esteja preparado para trabalhar com os alunos especiais. O conhecimento a respeito dos tipos de deficiências e transtornos funcionais é de grande valia para os profissionais da educação. Só conhecendo as especificidades das deficiências o professor pode traçar um plano de trabalho que atenda as necessidades de cada aluno, (Trecho do questionário, 2018, grifo nosso).

Só podemos mudar aquilo que conhecemos, sendo assim acreditamos que o agente transformador da educação inclusiva no ensino superior seja a formação continuada. Sobretudo, percebemos na pesquisa que não há, até então, um espaço para que esta formação continuada aconteça na vida dos professores da Faculdade de Educação da UnB. O que fazer para mudar?

Piccolo (2009) nos enfatiza que se faz necessário para a formação de professores: 1) apropriação dialética acerca da concepção de deficiência; 2) processo formativo, não só no âmbito da instituição, mas com todos os sujeitos envolvidos no processo; 3) desconstruir a norma padrão que vem impregnada na instituição; 4) criar o inter-relacionamento dialógico entre a educação especial e a educação ministrada nas instituições; 5) A criação de um novo currículo que atenda a diversidade. Sem dúvidas estas bases criadas por Piccolo (2009) podem ser viabilizadas mediante seminários e fóruns como uma formação. Porém, precisam ser criados para que a educação inclusiva se torne viva no campus e para que a formação

continuada seja feita mediante um diálogo aberto para a construção de saberes, que formam o pensamento crítico e reflexivo de um professor da FE.

Após compreender a inter-relação e atuação dos professores da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, segue-se, agora, para as análises dos dados coletados mediante os questionários realizados com os docentes de uma escola da Secretaria de Educação do Distrito Federal.

4.3 A educação inclusiva sob a ótica dos docentes da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF)

Além de conhecer sobre a visão dos professores da Faculdade de Educação (FE) da Universidade de Brasília (UnB) consideramos, também, a importância de verificar qual a percepção dos professores da SEEDF sobre a educação inclusiva e inteirar-se um pouco mais sobre o processo de inclusão, de forma a fazer um paralelo com as duas realidades.

Para isso, foi aplicado um questionário a 6 professores (P1, P2, P3, P4, P5 e P6) da Secretaria de Educação do Distrito Federal com 10 perguntas abertas no sentido de contemplar os objetivos desse estudo.

4.3.1 Um trabalho diferenciado: a adaptação da escola pública aos alunos com necessidades especiais

No sentido de entender como se dá o ingresso dos estudantes especiais na escola pública, questionamos junto aos professores como esses alunos chegam até a escola. “Existe a matrícula pelo número 156 e quando a família relata que o filho tem alguma deficiência, a família, digo, o aluno, passa por uma entrevista e fazem a enturmação do aluno” (P1).

No tocante à organização de estrutura física e pedagógica da escola pública, para receber os estudantes com necessidades especiais, os participantes da pesquisa informaram que para os alunos que ainda não estão incluídos nas classes regulares há as classes especiais, onde “toda estrutura é preparada para acolher o aluno especial [...] e se faz as adaptações e adequações curriculares” (P1). “A equipe pedagógica tenta adaptar os espaços da escola, mas essas mudanças dependem de apoio governamental” (P2). “As escolas, por lei, devem estar adaptadas para receber alunos com as diversas deficiências” (P4).

Neste aspecto, Lourenço (2010, p.18) destaca que a Declaração de Salamanca salienta que:

Aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma pedagogia centrada na criança e capaz de satisfazer a tais necessidades. As escolas devem acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Nota-se que a Declaração de Salamanca revigora os direitos a todas as crianças independente da classe social, bem como de suas deficiências e transtornos. O acesso e a permanência na escola é um direito previsto na LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), no entanto, não trás a garantia de que a inclusão de fato irá acontecer.

Percebemos a partir das respostas dos professores que, a escola procura adaptar os conteúdos pedagógicos e o espaço físico para receber esses estudantes, mas que nem sempre é possível, pois são necessários recursos financeiros provenientes do Estado, mesmo existindo legislações que amparam os alunos especiais. Foram citadas as demandas em relação aos especialistas para atendimento desses alunos, sendo que “a escola deve ter uma equipe de especialistas que atende as demandas do aluno especial, dentro do que é possível” (P6).

4.3.2 O papel do professor na educação inclusiva

Acreditamos que o papel desenvolvido pelo professor é de fundamental importância para a inclusão dos alunos especiais e na melhoria da aprendizagem, tendo em vista a necessidade de um olhar mais diferenciado a esses estudantes. Neste contexto, indagamos aos professores **qual o papel do professor em relação aos alunos com deficiência ou transtornos e como o professor pode auxiliá-los no desenvolvimento das atividades.** Sendo as respostas contempladas na **Tabela 1**.

Tabela 1 - O papel do professor na educação inclusiva

Respostas	Frequência
Ter um olhar diferenciado	01
Criar recursos para atingir as necessidades do aluno	01
Propor atividade para integrar a turma	03
Ser facilitador da aprendizagem	02
Respeitar as limitações dos estudantes	02
Trabalhar o respeito e as diferenças em sala de aula	01
Total	10

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2019).

Sobre o papel do professor, observamos que os pesquisados citaram a questão de ter um olhar diferenciado para os estudantes, além de promover a integração da turma. Entendemos que o respeito às diferenças e a adequação de atividades, foram fatores tratados como sendo essenciais para o auxílio à aprendizagem do estudante. Para tanto, os professores

demonstram que uma boa prática docente contribui para a inclusão destes estudantes.

Para garantir uma boa prática é fundamental planejar adequadamente as aulas. Assim, Piletti (1989, p.72, grifo nosso) nos adverte que:

Planejamento de aula é a sequência de tudo o que vai ser desenvolvido em um dia letivo. É a especificação dos comportamentos esperados do aluno e dos meios - conteúdos, procedimentos e recursos - que serão utilizados para sua realização. Assim, o planejamento de aula é a sistematização de todas as atividades que se desenvolvem no período de tempo em que o professor e o aluno interagem, numa dinâmica de ensino - aprendizagem. O Plano de aula deve prever estímulos adequados aos alunos, a fim de motivá-los, e criar uma atmosfera de comunicação entre professor e alunos que favoreça a aprendizagem.

O autor destaca que o plano de aula é um método de organização do professor que influencia nos modos de ensinar e aprender escolar. De acordo com os professores, o planejamento das atividades para os alunos especiais ocorre individualmente, pois “na escola nem sempre os recursos que precisamos existe” (P1). Os docentes são avisados sobre o diagnóstico de cada aluno especial, para assim fazer o planejamento das atividades.

São utilizados também, outros documentos da SEEDF, como por exemplo, o Currículo em Movimento da SEEDF (DISTRITO FEDERAL, 2014), “com as devidas adequações e adaptações referentes à cada turma” (P3), demonstrando que alguns professores tem o conhecimento de documentos oficiais e os utilizam para fazer o planejamento pedagógico.

Diante da realidade no ensino regular nas escolas públicas do Distrito Federal, cabe ao Estado garantir aos professores o acesso a materiais diversos que contemplem os conteúdos a serem ensinados aos estudantes, para que assim o conhecimento adquirido venha ser significativo na vida do aluno.

4.3.3 O trabalho de apoio pedagógico das equipes especializadas

Na SEEDF existem equipes de apoio aos professores no que se refere aos estudantes com deficiência (Sala de Recursos) e aos estudantes com transtornos funcionais e dificuldades de aprendizagem (Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem). De acordo com os documentos da SEEDF, e com as Orientações Pedagógicas desses serviços (DISTRITO FEDERAL, 2010), essas equipes trabalham com intervenção e assessoramento aos professores no que diz respeito às aprendizagens desses estudantes e adequação dos conteúdos para o planejamento das atividades.

No aspecto da temática da inclusão, interrogamos a respeito de **como ocorre a**

articulação entre a Equipe Especializada de Apoio à Aprendizagem, Sala de Recursos, orientação educacional, coordenador pedagógico e outros, em relação ao trabalho desenvolvido com as crianças especiais.

Tabela 2 -Articulação entre as equipes de apoio, coordenador e outros

Respostas	Frequência
Não há uma articulação	02
São realizadas reuniões com os professores e as equipes	02
Raramente ocorre essa articulação	01
Existe uma fragmentação no trabalho pedagógico da escola	01
Reuniões periódicas com as famílias dos estudantes	01
Projetos escolares	01
Total	08

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2019)

Percebemos que a articulação não é visualizada por todos que estão na escola. “A sala de recursos esse ano nem teve funcionamento” (P1). A falta de profissionais ainda se caracteriza como um grande problema nas escolas públicas do DF e foi possível perceber que os professores gostariam que houvesse uma maior integração em toda a escola em prol dos alunos especiais, pois o trabalho fragmentado ainda é persistente. “Observa-se uma fragmentação devido à grande demanda de trabalho que cada indivíduo recebe, deixando assim uma lacuna quanto o acompanhamento do desenvolvimento desses estudantes” (P4). Projetos pedagógicos foram citados como uma articulação da escola, tendo em vista que “a escola promove ações reflexivas de inclusão com professores e alunos [...] por meio de projetos” (P6). Sobre isso, a Declaração de Salamanca aponta que:

Escolas regulares que possuam orientação inclusiva, constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (UNESCO, 1994, p. 1.

É de suma importância o atendimento educacional especializado oferecido na sala de recursos nas escolas regulares, tendo em vista que permitirá a orientação inclusiva não somente aos alunos com deficiência e transtorno, mas também para os demais estudantes que frequentam o ambiente escolar e os familiares. A transformação para uma construção de uma da educação inclusiva cidadã renascerá no berço de uma consciência humanizadora.

4.3.4 Inclusão e formação continuada: influências no trabalho docente?

Compreendemos a formação continuada como facilitadora da práxis docente e em relação à prática do professor na inclusão não poderia ser diferente. Nesse sentido, questionamos aos participantes **se a formação de professores seria importante para se trabalhar com crianças especiais.**

Tabela 3 -Formação de professores e suas possíveis influências

Respostas	Frequência
É importante conhecer as características de cada deficiência	01
Entender quais são os “entraves” na aprendizagem	01
Dominar técnicas e estratégias adequadas	04
É importante que o professor realize cursos na EAPE	01
Atualização da sua prática	01
Adquirir embasamento teórico	02
Ter um novo olhar a partir da formação	01
Total	10

Fonte: Tabela elaborada pela autora (2019)

Conhecer métodos e técnicas para trabalhar com crianças especiais foi citado por 50% dos participantes da pesquisa. Observa-se que os docentes estão em busca de estratégias e possuem muitas dúvidas sobre como ensinar uma criança com deficiência ou transtorno. “Sem dúvida, a formação continuada auxilia muito o professor para melhorar suas práticas, métodos de ensinar e repensar sobre suas atuações” (P2). A relação teoria e prática fazem parte da consciência desses professores: “a junção teoria e prática são habilidades desenvolvidas principalmente na formação continuada” (P4).

A Subsecretaria de Formação Continuada dos Profissionais da Educação (EAPE), oferece cursos aos docentes das escolas públicas, sendo que os professores citaram ser importante a realização desses cursos que são promovidos de forma gratuita. No entanto, também ressaltaram que essa formação ainda precisa ser melhorada: “essa prática ainda ocorre de forma precária na SEEDF” (P4).

Depreendemos que os docentes têm a formação continuada como um dos alicerces para a sua prática e que consideram o estudo teórico como um dos fatores de sucesso; entendem também que não somente a teoria é importante, mas a forma como irão conduzir a aprendizagem desses estudantes diante da realidade da educação inclusiva. “Com a formação continuada o professor compreende melhor as características de desenvolvimento dos estudantes e como contribuir para um processo de aprendizagem satisfatório” (P4). “Em primeiro lugar é preciso querer fazer um trabalho diferente, para buscar atender as demandas do aluno; outra coisa é importante conhecer esse aluno em suas especificidades e estudar tal

deficiência” (P6).

Finda-se o trabalho de conclusão de curso com o acreditar que é possível haver uma Educação Inclusiva para todos os sujeitos seja na Educação Básica ou no Ensino Superior. O pilar da Educação Inclusiva é a aprendizagem de modo que nós, professores devemos fazer com que ela se torne significativa na vida dos alunos e brote uma semente de educação libertadora e humanizadora no mundo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O foco deste trabalho consistiu em analisar as práticas de ensino na educação inclusiva sob duas óticas: em uma escola pública do Distrito Federal (DF) e em um curso de graduação de uma universidade pública, também situada no DF. Além disso, foi proposto delinear brevemente o processo histórico da educação inclusiva no Brasil, analisar as principais políticas públicas de Educação Inclusiva, bem como descrever a atuação de professores de estudantes com necessidades educacionais especiais.

Na busca por oferecer um embasamento teórico sobre o assunto, foram abordadas algumas teorias, no intuito de auxiliar na materialização dos objetivos propostos. Vygotsky foi tratado pela perspectiva de Coelho (2012), no sentido de uma aprendizagem sócio histórica que ocorre por meio da interação social, no que se refere à teoria piagetiana, observou-se que o conhecimento ocorre por meio da interação sujeito x objeto.

O estudo sobre os principais tipos de deficiência a partir de Carvalho (2002) foi de fundamental importância para tentar compreender melhor a realidade dos estudantes com necessidades especiais. Souto (2014) trouxe a questão histórica da educação inclusiva no Brasil, além de documentos e políticas que se caracterizaram de modo importante na construção e inserção dos estudantes especiais no ensino regular.

Com o referencial abordado e a pesquisa de campo, foi perceptível que a temática da educação inclusiva se mostrou presente na atual realidade das escolas, sendo necessário cada vez mais um olhar sensível por parte dos docentes e demais profissionais envolvidos na organização pedagógica da escola.

Ao analisar os dados, percebeu-se que em relação à formação acadêmica, esta se destacou como um alicerce para o trabalho da docência e que os professores estão preocupados em buscar uma formação que contemple o trabalho voltado aos alunos com deficiência.

A concepção de Educação Inclusiva mostrou-se fortalecida nos discursos dos professores, de modo a reconhecer que a inclusão abrange e valoriza diferentes espaços de aprendizagem, que vão de acordo com a necessidade de cada aluno. Os docentes mostraram que existe a preocupação com a avaliação diferenciada, além da adequação metodológica, para que assim, os estudantes possam desenvolver sua aprendizagem dentro das suas limitações.

Percebeu-se, em campo, que o conhecimento a respeito dos tipos de deficiências e

transtornos funcionais, é de grande valia para os profissionais da educação. A partir do conhecimento das especificidades das deficiências, o professor pode traçar um plano de trabalho que atenda às necessidades de cada aluno. Compreendemos que a formação inicial e a continuada se mostram de fundamental importância neste aspecto.

No que se refere à escola pública de Educação Básica, foi possível observar que atualmente existem avanços, principalmente no aumento de estudantes especiais nas classes inclusivas, diminuindo o atendimento nos centros específicos de ensino especial. Além disso, as legislações vêm de encontro à luta pelo acesso e permanência dos estudantes com necessidades especiais.

A escola procura adaptar sua estrutura para receber os estudantes, no entanto verificamos que nem sempre é possível. Mesmo assim, os professores se mostram engajados nesta adaptação, não só física como também adaptação e adequação aos componentes curriculares. Para isso, verificou-se que existem apoios na escola, como por exemplo, os professores da Sala de Recursos e Equipes de Apoio à Aprendizagem.

Compreendemos também com este estudo que cabe a escola buscar por alternativas para contemplar a aprendizagem dos alunos com deficiência e transtornos afins, fazendo com que todo aprendizado compartilhado com os estudantes seja significativo para eles; ou seja, a escola terá que fazer adaptações e adequações das atividades e na maneira de ensinar para as pessoas com deficiência, de modo que não deixe a desejar rotulando que essas pessoas necessitam de apoio diferenciado.

Juntamente com a escola, é viável aos professores a função de buscar por alternativas diversas para trabalhar com os estudantes que demandarem de atendimento especializado, pois é direito destes estudantes a garantia ao acesso de uma educação significativa e de qualidade. O uso das adequações curriculares, já mencionada anteriormente, deve então acontecer por meio de reuniões com o corpo docente da instituição de ensino onde o aluno estuda e a participação da família é fundamental para o crescimento das pessoas no geral.

Concluimos também que é fundamental o apoio da família, bem como a sua presença no âmbito escolar dos estudantes. Quando o estudante com deficiência possui suporte vindo da família e que estes participam com frequência dos assuntos abordados na escola, entendemos que isso é um fator que auxilia na realização das demandas impostas em seu cotidiano.

Por fim, compreendemos que a educação inclusiva no ensino superior e na educação básica auxilia e contempla o cotidiano das pessoas que necessitam de atenção diferenciada. Porém, ainda há a necessidade de avanços em relação às políticas públicas, além do

investimento em formação continuada para a prática pedagógica, de modo a promover uma educação que ajude na superação das dificuldades e no enfrentamento de desafios, para que esses estudantes possam ir de encontro ao sucesso.

6 PERSPECTIVAS PROFISSIONAIS

Diante de todas as experiências e aprendizagens vividas durante esses (4) quatro anos na Universidade de Brasília, na Faculdade de Educação (FE/UnB) para formação no curso que sempre apresentei aptidão e interesse em fazer parte. As minhas perspectivas profissionais se projetam em dar continuidade as minhas realizações que são:

- Fazer o processo seletivo de professor efetivo para atuar na SEEDF;
- Assumir o concurso de contrato de professor efetivo da Secretaria de Educação do Distrito Federal;
- Colocar em prática todo conhecimento construído e desenvolvido durante a minha formação na licenciatura em Pedagogia;
- Dominar com fluência pelo menos dois idiomas do meu interesse como: o Inglês e o Espanhol para engajar-me na carreira do mestrado sobre a formação de professores e assim poder aprender mais;
- Fazer uma Especialização em Psicopedagogia e Neuropsicopedagogia e futuramente ter a capacidade de montar a minha própria clínica de atendimento a todo tipo de pessoas, desde o nascimento até a vida adulta.

Penso que este trabalho de conclusão de curso me trouxe diversas reflexões, que pretendo seguir estudando e pesquisando, tais como:

- A) Como pensar a formação docente na educação superior, se muitas vezes o principal interesse é na atuação de pesquisador (e não do professor)?
- B) Como promover a formação de docentes, se os cursos de mestrado e doutorado (que são pré-requisitos para ingresso na carreira), não possuem disciplina sobre didática, psicologia da aprendizagem, educação inclusiva?
- C) Como estimular a formação continuada de professores na educação superior, que muitas vezes relatam sobrecarga de trabalho?
- D) Como fazer com que o professor “conheça” seus alunos em turmas que somam 60, 80 alunos (como, por exemplo, Cálculo 1, Física 1, Introdução a Economia)?

Assim, finalizo destacando que **o ensino superior me mostrou o quão apta sou para exercer tudo aquilo que eu almejo, bastando somente acreditar, colocar em prática todo desejo que vier a surgir.**

REFERÊNCIAS

BELO, Chantal. CARIDADE, Helena. CABRAL, Luisa. SOUSA, Raquel. **Deficiência Intelectual: Terminologia Conceptualização**. Revistas Diversidades: Eixos de esperanças. V.22, Olinda: dezembro, 2008.

BÍBLIA SAGRADA. **Tradução do novo mundo**. São Paulo: Associação Torre de Vigia de bíblias e tratados, 2013.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 12.764/2012**. Institui a política nacional de proteção dos direitos da pessoa com transtorno do Espectro Autista. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112764.htm Acesso em: 17 de julho de 2019.

BRASIL, Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.146/2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 17 de julho de 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961**. (1961). Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L4024.htm Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971**. (1971). Fixa as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Nº914 de 6 de setembro de 1993**. (1993). Institui a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D0914.htm Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394/96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.LDB**. (1996). Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 04 mai. 2018.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da república federativa do Brasil**. 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Decreto Nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999**. (1999). Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 05 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Lei Nº 13.146 de 6 de julho de 2015**. (2015). Estatuto da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 27 mai. 2019.

CARVALHO, Rosita Elder. **Removendo barreiras para a aprendizagem**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002.

CASTILHO, Ela W. V. de. O papel da escola para a educação inclusiva. *In: LIVIANU, R.Coord. Justiça, cidadania e democracia* (online). Centro Edelstein de Pesquisa Social, Rio de Janeiro, p. 108-119, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino; SILVA, Roberto. **Metodologia Científica**.6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

COELHO, Cristina M. Madeira: Aprendizagem e Desenvolvimento de pessoas com deficiência. *In: ORRÚ, Sílvia Ester: Estudantes com necessidades especiais: singularidades e desafios na prática pedagógica inclusiva*.Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012

CRESWELL, Jonh W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativos e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed. 2010.

DANTAS, O.M.A.N.A.; FRANCO, M.V.A. **Pesquisa exploratória: aplicando instrumentos de geração de dados - observação, questionário e entrevista**. In: EDUCERE - CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 8. 2017, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2017. Disponível em: <http://educere.pucpr.br/p1/anais.html?tipo=2&titulo=&edicao=6&autor=Maira+&area=75>. Acesso em: 03 set. 2017.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. (SEEDF). **Educação Especial: Orientação pedagógica**. Brasília, 2010.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. (SEEDF).**Currículo em Movimento da Educação Básica: Ensino Fundamental Anos Iniciais**. Brasília, 2014.

FILHO, Irineu A. T. V.; PONCE, Rosiane de F.; ALMEIDA, Sandro H. V. de. As compreensões do humano para Skinner, Piaget, Vygotski e Wallon: pequena introdução às teorias e suas implicações na escola. **Revista Psicologia da Educação**,São Paulo, n. 29. dez. 2009.

FONSECA. V. **Educação Especial**. Porto Alegre: Artes médicas, 1995.

GÂMBARO, J. C. **A capacitação de professores de classe inclusiva: efeitos sobre as atitudes frente ao aluno deficiente auditivo**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal de São Carlos, 2002.

GARCÍA, Carlos M. **Formação de professores: para uma mudança educativa**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1999.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

JAMILY. **Conquistando o Impossível**. São Paulo. 2004. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/jamily/135111/> Acesso em: 01 jun. 2019.

LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. Formação de Profissionais da educação: Visão crítica e perspectiva de mudança. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 68, p. 239-277, dez. 1999.

LOURENÇO, Érika. **Conceitos e práticas para refletir sobre a educação inclusiva**. Coleções: cadernos de diversidade. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

MANTOAN, Maria Teresa E. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

PARRA, Domingos Filho; ALMEIDA, João Santos. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Futura, 2002.

ONU. Organização das Nações Unidas. **CDPD – Convenção Internacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência**. Disponível em: <https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>. Acesso: 17 de julho de 2019.

PICCOLO, Gustavo. As bases do processo de formação docente voltado à inclusão. **Revista Educação Especial**, v. 22, n. 35, p. 363-374, set./dez. 2009.

PILETTI, Claudino. **Didática Geral**. 10. ed. São Paulo: Ática S.A., 1989.

RANGEL, Mary. **Orientação Educacional e suas ações no contexto da escola**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, André Luis Silva da. **Teoria de Aprendizagem de Vygotsky**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/pedagogia/teoria-de-aprendizagem-de-vygotsky/>. Acesso em: 04 dez. 2017.

SILVA, Carla Maciel da. **Deficiência Intelectual no Brasil: uma análise relativa a um conceito e aos processos de escolarização**. Dissertação de mestrado – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SILVA, Jane Quintiliano Guimarães Silva. O memorial no espaço da formação acadêmica:(re) construção do vivido e da identidade. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 28, n. 2, p. 601-624, jul./dez. 2010.

SOUTO, Maricélia Tomáz de. **Educação inclusiva no Brasil: contexto histórico e contemporaneidade**. Trabalho de conclusão de curso (graduação em Química) - Universidade Estadual da Paraíba. Centro de Ciências e Tecnologia, 2014.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**. Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



Faculdade de Educação (FE)
Universidade de Brasília (UnB)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado(a), você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “A Educação Inclusiva: a atuação dos professores junto aos alunos com deficiência”. Esta investigação faz parte de uma pesquisa de graduação, realizada pela aluna Dayana Tainá Alves da Silva – 160004942, orientada pela Profa. Dra. Otilia Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas. O objetivo deste estudo visa analisar as práticas de ensino na educação inclusiva sob duas óticas: em uma escola pública do DF, localizada em Brasília e em uma turma de graduação, em uma universidade pública, compreendendo o desenvolvimento dos professores que trabalham e atuam com estudantes com necessidades educacionais especiais. Sua participação nesta pesquisa consistirá em: responder ao questionário. Esta pesquisa tem como previsão ser realizada por um período de duas semanas e não pretendemos atrapalhar a rotina da instituição, mas, discretamente, analisar o cotidiano escolar. Logo abaixo você deverá assinalar seu consentimento ou não para a participação. Em caso afirmativo, você estará cedendo os direitos à pesquisadora para o uso das informações que serão analisadas na pesquisa, bem como as publicações advindas desse processo. A qualquer momento você pode desistir de sua participação. Para isso basta apenas nos informar, pois assim os dados serão desconsiderados. Sua recusa não trará qualquer prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso aos profissionais responsáveis pela pesquisa para esclarecimento de eventuais dúvidas. As informações obtidas através dessa pesquisa serão confidenciais e asseguramos o sigilo sobre sua participação. Os dados não serão divulgados de forma a possibilitar sua identificação. As informações obtidas serão analisadas em conjunto pelos pesquisadores, não sendo divulgada a identificação de nenhum participante nem da escola/universidade campo de pesquisa. Para qualquer esclarecimento, seguem os contatos das pesquisadoras:

Otilia Dantas otiliadantas@unb.br.

Dayana Tainá Alves da Silva annaalves1415@gmail.com.

Concordo em participar desta pesquisa.

Não concordo em participar desta pesquisa.

NOME COMPLETO: _____

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR - 1



QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR - 1

Trata-se de uma pesquisa com o título: **A educação inclusiva: a atuação dos professores em relação aos alunos com deficiência**, que tem como objetivo analisar a formação e a prática docente em relação aos alunos com deficiência na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, bem como o crescimento e a vida acadêmica destes estudantes.

Estudante- Dayana Tainá Alves da Silva

Orientadora – Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

I) Identificação:

Sexo: feminino masculino

Tempo de experiência no magistério: _____

Tempo de experiência na Universidade de Brasília: _____

II) Formação Acadêmica:

Graduação: ____ educação especial _____

Mestrado: ____ educação _____

Doutorado: ____ educação _____

Possui cursos na área de Ensino Especial e Educação Inclusiva?

Sim Não

Já ministrou aulas para estudantes com necessidades especiais na Universidade de Brasília?

Sim Não

III) Questões sobre a Educação Inclusiva

a) Na sua concepção de docente, o que é Educação Inclusiva?

b) Como o professor pode auxiliar os alunos com deficiência e dificuldades de aprendizagem no desenvolvimento das atividades acadêmicas?

c) Qual a importância da formação continuada dos professores da Universidade de Brasília na atuação junto aos alunos com deficiência?

Agradecemos sua colaboração
Brasília, julho de 2018.

APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR - 2



QUESTIONÁRIO APLICADO AO PROFESSOR - 2

Estudante – DAYANA TAINÁ ALVES DA SILVA

Orientadora – Otília Maria Alves da Nóbrega Alberto Dantas

Questionário de pesquisa

1) Como se dá a seleção para o ingresso do aluno com deficiência ou transtornos na escola?

2) Como a escola organiza a estrutura física e pedagógica para receber este aluno especial?

3) Qual o papel do professor da turma com o aluno com deficiência ou transtornos na escola? E como o professor pode auxiliá-los no desenvolvimento das atividades?

4) Como é realizada a organização e o planejamento didático para o desenvolvimento das práticas pedagógicas em sala de aula?

5) Como ocorre a articulação entre Equipe de Apoio, Sala de Recursos, Orientação Educação, Coordenador, Gestão e professores para o desenvolvimento de um trabalho social e humanizador com as crianças especiais na escola?

6) A formação continuada na educação básica se torna um elo entre a teoria e a prática? Há formação continuada na SEEDF para com os alunos com deficiência?

7) Para trabalhar com crianças especiais o que você acredita ser necessário como formação docente?

8) Qual a importância da formação de professores para trabalhar com alunos com deficiência e transtornos?

9) Na sua concepção de docente o que é Educação Inclusiva?

10) Qual a importância da formação continuada dos professores da SEEDF na atuação junto aos alunos com deficiência?

Agradecemos sua colaboração
Brasília, julho de 2018.